UMA EDIÇÃO

nossa europa

Plataforma de Cidadania

APOIO

SÃO DOMINGOS
CASCAIS

EUROPA

ONDE CHEGAMOS
PARA ONDE VAMOS?

UMA EDIÇÃO

nossa europa

Plataforma de Cidadania

EUROPA

ONDE CHEGAMOS
PARA ONDE VAMOS?

ÍNDICE

06
PREFÁCIO
ROBERTA METSOLA
A Europa tem mesmo de ser nossa – e não há alternativa

12
CAPÍTULO 1
ANA GOMES
Corrupção como se combate

22
CAPÍTULO 2
ANTÓNIO COSTA
Euro, uma enorme oportunidade por aproveitar

30
CAPÍTULO 3
CARLOS COELHO
Schengen: 25 Anos de Livre Circulação sob ameaça?

40
CAPÍTULO 4
EVA MAYDELL
Europe's Digital Transition

48
CAPÍTULO 5
JOSÉ MANUEL FERNANDES
Fundos europeus: uma oportunidade que não devia ser perdida

64
CAPÍTULO 6
LÍDIA PEREIRA
Clima e Sustentabilidade: Uma visão prospetiva da Europa

74
CAPÍTULO 7
MARGARIDA MARQUES
Fundos e PRR: o que está a correr bem?

84
CAPÍTULO 8
PAULO SANDE
30 anos de Mercado Interno: o grande projecto europeu

94
CAPÍTULO 9
RAQUEL VAZ PINTO
Europa da Defesa e da Segurança

102
CAPÍTULO 10
REBECCA ABECASSIS
Como comunicar a "União Europeia" no século XXI

112
CAPÍTULO 11
RUI OLIVEIRA
Ano Europeu da Juventude: Um balanço crítico

120
CAPÍTULO 12
RUI TAVARES
Não foi por falta de aviso: a União e as ameaças ao Estado de Direito

Prefácio

ROBERTA
METSOLA

Presidente do Parlamento Europeu

A Europa tem mesmo de ser nossa – e não há alternativa

Chegamos a meio de 2023 com uma certeza: nos últimos três anos, **a Europa mudou muito mais que o que podíamos antever**.

Decisores, legisladores, empresas, cidadãos: nunca pensámos que iríamos viver quase dois anos fechados por causa de um vírus, de origem desconhecida, e de impacto muito superior ao expectável. Ou nunca pensámos que teríamos uma guerra à nossa porta. Os académicos chamam-lhe um "mundo de policrises", um mundo de crises encadeadas, onde os efeitos são mais dramáticos que o esperado e onde as soluções não são fáceis de encontrar. Olhemos para os últimos dez anos: crise da dívida soberana, crise migratória, o Brexit, a crise pandémica, a invasão da Ucrânia. E depois, as consequências acumuladas de toda esta cadeia.

Os legisladores, em particular (e o Parlamento Europeu é um legislador), veem uma certa frustração ao tentar encontrar soluções em tempo útil – num mundo hoje dado a equilíbrios frágeis. Batemos tempos record para encontrar uma vacina para a COVID-19, tão segura quanto eficaz. Fomos revolucionários no modo como estabelecemos a coordenação na distribuição de vacinas, a nível europeu, salvaguardando o princípio de igualdade entre Estados-Membros. Concordámos num certificado digital que salvaguardasse a saúde pública, mas sem obrigar ao fecho de fronteiras durante a pandemia. O mesmo se passa na gestão da crise migratória, assente no delicado equilíbrio entre a segurança das nossas fronteiras externas e a ajuda humanitária a que somos moralmente e juridicamente obrigados. Ou na frente digital, o frágil equilíbrio entre a cibersegurança e o respeito pelas liberdades civis de cada um.

Temos vindo a ultrapassar crise após crise; e quando achámos que a crise aguda da COVID-19 estava ultrapassada, e quando nos dedicámos a procurar minimizar os seus efeitos sociais, económicos, sanitários, a Rússia inicia uma bárbara fase de expansão territorial ao arrepio do direito internacional, invadindo território ucraniano. No momento em que nos assumimos com determinação e estabelecemos metas para que a União tenha impacto neutro no clima até 2050, somos confrontados com uma crise energética sem precedentes e uma narrativa que ameaça essa determinação.

De uma coisa estou certa: todas estas crises colocaram os nossos fundamentos em causa. Todas estas crises nos obrigaram a mudar muito – e muito rápido - em três anos. Todas estas crises vieram colocar à prova a nossa resiliência. Mas conseguimos estar à altura. Mantivemo-nos firmes. Defendemos os nossos valores e o nosso modo de vida europeu.

No momento em que celebramos mais um Dia da Europa, gostaria pois de partilhar convosco duas ideias e deixar-vos um desafio.

Putin quer que estejamos divididos e fragmentados. Putin pensou que a Europa era uma aliança baseada em interesses económicos. Somos uma União baseada em valores. Ou seja, a ameaça do Kremlin, na verdade, uniu de forma inequívoca os países europeus (...) Saibamos aprender com isto: esta guerra tornou-nos mais próximos, mais resilientes, mais eficazes no processo de tomada de decisão, mas deve fazer-nos perceber que a democracia e o estado de Direito não podem ser dados como garantidos.

Roberta Metsola

A primeira ideia: **a UE, nos seus 70 anos, é um projeto em contante crescimento. E isso não tem mal nenhum.** Sendo a União Europeia um projeto único de democracia partilhada, é um processo em construção. E não nos devemos envergonhar por isso. Devemos até assumir com orgulho que estamos empenhados em desenvolvê-lo ainda mais. Tivemos de enfrentar estas crises e fizemo-lo bem e da única forma possível: nenhum país europeu teria a capacidade de lidar com estas crises fechado sobre si mesmo. Mais do que palavras, as ações: a nossa resposta integrada à pandemia ou à guerra na Ucrânia deve orgulhar-nos. Como acontecia há 10 anos atrás, hoje já ninguém pode criticar a União Europeia pela irrelevância da sua política externa.

A segunda ideia: **a nossa unidade a 27 não está à venda.** A União Europeia nasce como projeto de Paz e sempre achou que a guerra era um não-assunto, resolvido e, portanto, adiado. Putin quer que estejamos divididos e fragmentados. Putin pensou que a Europa era uma aliança baseada em interesses económicos. Somos uma União baseada em valores. Ou seja, a ameaça do Kremlin, na verdade, uniu de forma inequívoca os países europeus e aproximou-nos ainda mais da Ucrânia ou da Moldova, hoje Países candidatos juntamente com os nossos parceiros nos Balcãs Ocidentais. Saibamos aprender com isto: esta guerra tornou-nos mais próximos, mais resilientes, mais eficazes no processo de tomada de decisão, mas deve fazer-nos perceber que a democracia e o estado de Direito não podem ser dados como garantidos. A situação na Ucrânia também nos deve fazer refletir sobre o nosso próprio alargamento e sobre a necessidade de nos adaptarmos institucionalmente a essa nova realidade.

Por último, deixo-vos o desafio. Posso generalizar este desafio porque é mesmo para todos – cidadãos, empresas, políticos. Em junho de 2024 teremos as **eleições ao Parlamento Europeu.** E o resultado dessas eleições vai definir a Europa para os próximos cinco anos. E aqui não falo de campanha de partidos políticos: falo da necessidade de assegurarmos uma mobilização geral. Falo de contrariar o distanciamento, o populismo, a polarização, a desinformação, o nacionalismo. Falo de investir no centro moderado, esse que nos fez sempre avançar rumo a mais e melhor integração. Falo na maioria silenciosa que perdeu a fé e o entusiasmo pela Europa – e mais concretamente na necessidade imperiosa de os trazer às mesas de voto. E isso não se faz sem literacia política. E isto não se faz sem liderança, honestidade e compromisso.

Não há caminhos fáceis neste mundo complexo de crises consecutivas. Mas só vão conseguir fazer este caminho os que estão empenhados em servir honestamente e que estão prontos para defender a Europa, os nossos princípios e os valores que norteiam as nossas ações. Os que não fogem de discussões nem de decisões difíceis, mas vencem o debate pela força dos argumentos. Os que não têm medo de perder eleições, que não estão reféns do dia seguinte e que veem além das manchetes de amanhã. Esses somos nós.

Essa deve ser a nossa Europa.

Corrup
como
com

ção, se bate?

ANA
GOMES

Embaixadora (aposentada)
Ex-Deputada ao Parlamento Europeu pelo PS

1. Percepção e realidade

No Índice de Percepção da Corrupção, publicado pela ONG Transparência Internacional no ano de 2022, Portugal apresenta falhas no combate à corrupção, em particular quanto à corrupção política, com elevados riscos no sector da Defesa. É avaliado abaixo do valor médio dos países da região Europa/UE em que se insere.

Noticias de casos de corrupção multiplicam-se a um ritmo sem precedentes - o que até pode significar mais exposição da corrupção. Mas a percepção da extensão da corrupção abala a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas: vai de par com baixos salários e precariedade no emprego, rombo nos rendimentos imposto pelas sucessivas crises financeiras e agora pela inflação. Tudo a somar à carga fiscal a níveis confiscatórios sobre as classes médias, a desnatação e enfraquecimento dos serviços públicos, incluindo SNS, Escola Pública e Defesa e Segurança, as disfunções da Justiça e, em geral, a debilitação do Estado.

Forças populistas, em particular a extrema-direita, cavalgam ressentimentos e indignação popular, tudo lhes servindo para por em causa a democracia. Acorrupção pode ser a peste política do século XXI! Urge agir rapidamente, com coragem e eficácia.

2. Compreender as causas e o alcance global

Para isso é preciso entender as causas do aumento da corrupção e a sua ligação à facilitação do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BCFT). O fenómeno não é só português: é global.

A corrupção é alimentada pela desregulação das economias nos últimos 40 anos, em resultado do ataque neoliberal à social-democracia e ao Estado social, e consequente financeirização da economia, a partir dos anos Reagan e Thatcher nos EUA e Europa. Tudo assente na tese do *"trickle down"*, segundo a qual baixar impostos e estimular a criação de riqueza concentrada nos mais ricos faria com que ela fosse depois distribuida por todos.

O logro neo-liberal seria agravado pelo Presidente Clinton: em 1999 cancelou o Glass-Steagall Act, a lei promulgada pelo Presidente Franklin Roosevelt em 1933 para extrair lições da Grande Depressão, separando a banca comercial da banca de investimento e da actividade de seguros. Um erro fatal!

Dele decorre a principal causa do agravamento da corrupção: **a desregulação do sistema financeiro e dos mercados de capitais**. Assim se favoreceu a concentração de capitais e se fomentou a proliferação de "paraísos fiscais", "freeports", "zonas francas" e outras jurisdições e esquemas para grandes fortunas e cleptocratas, oligarcas, multinacionais, corruptos e criminosos parquearem, em segurança e segredo, o rendimento da sua actividade e de uma desenfreada acumulação de capital.

Na crise do subprime, em 2008, Lloyd Blankfein, o CEO do banco Goldman Sachs, arrogava-se *«fazer o trabalho de Deus»* e *«servir um propósito social»* ao criar dinheiro. Enquanto pagava bónus milionários aos seus executivos e distribuía vultuosos lucros aos accionistas.

Criar dinheiro, encharcar o sistema de pagamentos intra-bancos e as nossas economias e endividar os nossos países - foi o que não parou de acontecer, incluindo através da política de «quantitative easing" aplicada pelo BCE e outros bancos centrais para por dinheiro nas folhas de balanço dos bancos *«too big to fail»* e os impedir de falir, à custa de mais endividamento dos Estados e dos cidadãos.

Desde a crise do "subprime" e da dívida soberana nada mudou significativamente. E por isso aí estamos hoje, com o Credit Suisse e o Deutsche Bank ameaçados...e ameaçadores.

As consequências políticas, económicas e sociais estão à vista: empobrecimento das classes médias e dos mais pobres e continuação da transferência massiva de riqueza para os mais ricos dos mais ricos.

Ora, já no século XVIII Adam Smith reconhecia que o capitalismo não era um sistema auto-sustentável, pela tendência natural de favorecer o monopólio. Com a desregulação, a concentração no mercado passou a ser regra. Acelerada pelo advento da era digital, do comércio electrónico e da pandemia covid 19.

E assim cada crise financeira tem representado mais uma colossal transferência de recursos do factor trabalho para o factor capital - como a que hoje o BCE anda a engendrar com sucessivas subidas da taxa de juros, a pretexto de combater uma inflação que não provém da procura, mas da oferta desregulada.

3. De que precisamos para combater a corrupção?

3.1. De ideologia política e de novas políticas económicas

Precisamos de política. De ideologia e de valores assumidos por forças políticas que compreendam a urgência de combater a corrupção e as suas raízes, no país e globalmente. Que se empenhem em políticas económicas para defender e optimizar a aplicação do erário público, na dinamização da economia e financiando adequadamente os serviços públicos que o Estado deve assegurar; que assumam o dever de regular o mercado, garantindo concorrência leal; e que se proponham combater desigualdades,"dumping" fiscal e paraísos fiscais, articulando-se a nível europeu e global.

De forças políticas que se proponham trabalhar para criar uma ordem fiscal internacional e mecanismos globais de regulação financeira, garantindo segurança a longo prazo nos mercados de capitais. O que implica acabar com esconderijos fiscais como offshores, freeports, ou expedientes desregulados como as cripto-moedas.

De forças políticas que dêem prioridade ao combate à corrupção e ao crime fiscal como crimes públicos, que todos os cidadãos pagam. Crimes que agravam desigualdades e tensões e deslegitimam a governação democrática.

3.2. De governantes e políticos empenhados

Precisamos de governantes, legisladores e políticos com vontade, e coragem, para travar este combate. Propondo-se defender o que é de interesse público nacional, europeu ou universal. Recusando que tudo seja empresarializavel, privatizável, susceptível de ser vendido ou cedido para ser explorado e gerido por interesses privados. E que tudo sirva para extorquir e capturar o Estado.

A incúria não é só nacional, é europeia e global. Como o demonstra a sucessão de escândalos desde a chamada lista Liechtenstein, em 2008, aos Swissleaks, Luxleaks, Panama Papers, Malta Files, Footballleaks, LuandaLeaks, Paradise Papers, Cum Ex, Pandora Papers, etc... sem que governos e instituições tirem consequências de tudo quanto de perverso e criminoso tem sido exposto sobre o sistema financeiro internacional e sobre a corrupção e criminalidade organizada que medram a coberto da rede de "offshores" internacionais.

3.3. De sociedade civil e media exigentes

A sociedade civil tem de se mobilizar no combate à corrupção. Tem de criar estruturas e redes de activistas que recorram a todos os media, redes sociais incluídas, impondo "accountability" a governos e poderes públicos, escrutinando-os e fazendo-os apresentar resultados no combate à corrupção, ao crime fiscal e ao BCFT. Accionando todos os mecanismos institucionais existentes, incluindo os reguladores.

Mobilizar a sociedade civil implica elevar os padrões de exigência em relação a todas as instituições, incluindo às da própria sociedade civil. Por exemplo, a rede de corrupção revelado pela escândalo "Qatargate"/"Marrocosgate" no Parlamento Europeu, envolvendo prisões de eurodeputados, mais cedo teria sido desarticulada se o próprio PE (e todas as outras instituições europeias) tivessem mais robustos mecanismos de transparência, escrutínio e alerta.

A rede de corrupção revelado pela escândalo *"Qatargate" / "Marrocosgate"* no Parlamento Europeu, envolvendo prisões de eurodeputados, mais cedo teria sido desarticulada se o próprio PE (e todas as outras instituições europeias) tivessem mais robustos mecanismos de transparência, escrutínio e alerta.

Ana Gomes

3.4. De Justiça a funcionar.

Com leis mal escritas e confusas, a aplicação é difícil. Quantas vezes a transposição de directivas europeias implica a subcontratação pelo Estado de "especialistas" em... desvirtuar o espírito e a letra da própria lei.

Exemplos são o emaranhado de leis fiscais com florestas de benefícios e isenções; as leis anti-BCFT; as interpretações consentidas pela prescrição e crime precedente para dificultar a punição do crime de corrupção; o regime da recuperação de activos favorecendo a dissipação do património e dependente de sentença transitada em julgado para dificultar a perda alargada do produto da corrupção e crimes conexos; a lei dos metadados que se tarda a aplicar; a directiva de proteção dos "whistle blowers"; os tribunais arbitrais "ad hoc" e os ISDS (arbitragem de litígios investidores-Estados) inseridos nos acordos internacionais de comércio dito "livre", etc...

Em Portugal, reina a impunidade: o Banco Central nada viu de errado em bancos que funcionavam como máquinas de criar empréstimos e lavar dinheiro para ricos e poderosos de todas as longitudes; autoridades judiciais há décadas (Operação Furacão) que identificaram agentes, circuitos financeiros e centenas de beneficiários de sistemáticos esquemas de branqueamento, mas não os sentam no banco dos réus. Admira que principais casos de corrupção tenham sido arquivados por prescrição (submarinos) ou estejam a aguardá-la para evitar levar a julgamento corruptos e corruptores (BES, Operação Marquês, etc..)?

Mais uma vez, o problema não é só português: legislação internacional e europeia, entretanto aprovada para combater o BCFT, a corrupção e criminalidade transnacional associada, deixa amplo campo de manobra à «indústria» de especialistas...especializados na sua frustração. Travar este combate implica afetar à Justiça meios técnicos, tecnológicos e humanos suficientes e bem capacitados.

4. De Estado regulador e de regulação a nível europeu e global.

Portugal é hoje o terceiro país europeu com maior parte da riqueza nacional parqueada em jurisdições "offshore", logo depois de Chipre e Malta, segundo estudo recente da Comissão Europeia. Apenas no ano de 2020, voaram quase sete mil milhões de euros, sem controlo fiscal ou anti-BCFT, sobretudo para Suíça, Emirados, Hong Kong, Macau e Singapura.

Envolvendo transferências de cerca de 6000 empresas e 5000 indivíduos.

Isto acontece porque o sistema de combate ao BCFT e à criminalidade fiscal continua a ser ineficaz, não obstante o alarme social gerado pelo caso "apagão fiscal". De facto, o mecanismo de reporte das transferências para jurisdições "offshore" dos bancos à Autoridade Tributária e, separadamente, ao Banco de Portugal - sem que se assegure a partilha de dados entre ambas instituições - facilita e incentiva o branqueamento, a evasão fiscal e a corrupção!

Governantes e legisladores não podem não saber, nem estão nunca manietados: estarão, frequentemente, capturados. **A corrupção soma-se ao enfraquecimento das instituições do Estado**.

Precisamos de Estado, UE e ONU efectivamente reguladores. Com equidade, para que os países que avancem em transparência, racionalidade fiscal e no combate à corrupção não sejam penalizados com a fuga de empresas e capitais para outras jurisdições. Através de negociações realmente globais, e não apenas no quadro da iniciativa BEPS ("base erosion and profit shifting"), promovida no clube de países ricos que é a OCDE.

Durante anos a UE rejeitou a proposta de um organismo com competências de regulação fiscal de âmbito global. Mas não pode ignorar que em 2019, o Grupo Africa apelou a que se estabelecesse uma Convenção das Nações Unidas sobre Impostos, para reduzir os fluxos ilícitos de capitais que tanto sangram os recursos necessários para o seu desenvolvimento. Os países africanos e outros sabem que perdem mais em corrupção e em evasão fiscal do que recebem em ajuda pública ao desenvolvimento.

Hoje também as opiniões públicas europeias entendem que os fluxos ilícitos relacionados com a fuga aos impostos e a corrupção não afectam apenas África: **são problemas globais que exigem soluções globais**.

Por isso a UE, e Portugal, devem passar a ser promotores de uma Convenção das Nações Unidas sobre Fiscalidade. Para combater o fenómeno global da corrupção, alavancado pela desregulação do sistema fiscal e financeiro. Para travar desigualdades e construir uma Nova Ordem Internacional que favoreça a segurança alimentar e económica, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a democracia. E que permita salvar o Planeta.

Euro,

uma enor
oportuni
por apro

me
dade
veitar

ANTÓNIO **COSTA**

Director do ECO

Imagine um trabalhador que vive em Portugal e só fala a sua língua nativa, o português, mas tem limitações à sua carreira profissional e, por isso, procura oportunidades na Alemanha, país em que poderá ser valorizado do ponto de vista salarial e de carreira. Mas, ao fim de um ano em Berlim, este trabalhador português aprendeu apenas meia dúzia de palavras em alemão, apesar da sucessão de formações que frequentou, e as oportunidades começam a escassear. Passados mais de 24 anos, este trabalhador beneficiou de forma muito limitada das possibilidades que a economia alemã lhe deu, e está pouco melhor do que estava, em termos de rendimento, face ao primeiro dia em chegou à Alemanha. É mais ou menos isto que sucedeu a Portugal no Euro, a moeda única criada – de forma indivisível – a partir de 1 de janeiro de 1999. E a 1 de janeiro de 2002, o euro passou a estar na carteira dos países fundadores.

O Euro foi um dos grandes avanços da União Europeia – mais importante para a história, neste contexto, só mesmo o mercado interno de pessoas, bens e serviços --, deu profundida ao mercado único, arrancou com 11 países e hoje inclui 20 países e mais de 340 milhões de pessoas, com vantagens óbvias. Passar de Portugal para a Alemanha e comprar ou vender bens e serviços na mesma moeda é hoje um dado adquirido para uma geração que nasceu na década de 90, mas um sonho que parecia impossível para as gerações anteriores que já se sentiam verdadeiramente europeias, mas travados por diversas fronteiras, desde logo a monetária. Com a

moeda única, terminariam os custos de transação associados à existência de várias moedas dentro do espaço comunitário e, claro, desapareceriam as incertezas associadas ao risco cambial. A França queria uma moeda única, a Alemanha impôs o modelo de governação, com a independência do BCE dos decisores políticos.

Os decisores políticos em Portugal e nos outros dez países fundadores convenceram os portugueses a aderir ao Euro com a promessa de que a maior produtividade e criação de riqueza trariam um nível de bem-estar, leia-se prosperidade económica social, que nos aproximaria dos países mais ricos da União.

A criação do Euro – e um Banco Central Europeu (BCE) que nasceu das regras do famoso Bundesbank alemão, com independência face ao poder político para ter como prioridade, sem interferência dos governos de turno, a estabilidade de preços – tinha desde logo várias dificuldades: Política monetária única em simultâneo com políticas orçamentais próprias, mesmo tendo em conta regras de défice público e de dívida pública que tentavam uma primeira abordagem de coordenação em países com pontos de partida muito diferentes. Para manter a metáfora do trabalhador, a exigência que se colocava a países como Portugal correspondia a pedir a um trabalhador com baixas qualificações níveis de produtividade alinhados com os de trabalhadores com elevadas qualificações.

Os desafios eram conhecidos, e estavam identificados, mas **os decisores políticos e também os agentes económicos não perceberam o que exigia a moeda única**, especialmente à taxa de câmbio nominal a que Portugal entrou nesta união. Um euro valia cerca de 200 escudos. Mas os críticos que olham para a miserável taxa de crescimento da economia nos últimos mais de 20 anos apontam o dedo ao euro, quando a responsabilidade está, de facto, noutros lados.

Antes de entrarmos no Euro, a economia portuguesa vivia num regime de especialização em setores de baixo valor acrescentado, hoje, a realidade mudou, mas mudou pouco, demasiado pouco, face ao que foi a transformação de economias concorrentes, especialmente a Irlanda, mesmo Espanha e as economias do centro e leste da Europa, que entraram anos mais tarde na União e na própria zona euro.

Durante os anos que se seguiram à revolução de abril e até à entrada na então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, tínhamos uma economia assente em baixas qualificações, em baixa produtividade e logo em baixos salários. Uma economia pobre, a fábrica da Europa para os produtos de baixo valor acrescentado. A partir de 1986, com a entrada no espaço europeu, Portugal começou a receber fundos comunitários, de coesão, financiados pelos países mais ricos para ajudar os países mais pobres, como Portugal, a aproximarem-se

de níveis de desenvolvimento médios no espaço comunitário. Finalmente, a partir de 1999, já com a moeda única em vigor, continuaram a chegar os fundos estruturais (até hoje, como se sabe), mas a transformação da economia para os níveis de exigência de um mercado com uma zona monetária única tarda.

Vivemos anos à boleia das desvalorizações cambiais e isso impediu a transformação económica de setores assentes em produção de baixo valor acrescentado e que exportavam à custa das conhecidas desvalorizações competitivas. Com o Euro, acabou esse instrumento, mas mantiveram-se os incentivos errados à mudança de que o país precisa, nomeadamente com os milhares de milhões de fundos comunitários, que serviram sobretudo para subsidiar uma certa forma de regime económico, entre o financiamento de setores não transacionáveis e protegidos da concorrência externa e a captura dos decisores políticos por interesses económicos que queriam manter o seu mercado.

O resultado é conhecido, Portugal tinha um Produto Interno Bruto (PIB) per capita em Paridade do Poder de Compra (PPC) de 73% da média comunitária em 1999 e hoje Portugal está no mesmo sítio, aproximou-se nos primeiros anos do euro e voltou a cair na última década, empobreceu em termos relativos, e nada disto resulta do euro, mas das políticas e dos políticos, das escolhas dos portugueses.

Portugal registou um PIB per capita, em PPC, de 74% da média da União Europeia no de 2021, sendo o sétimo país com o índice mais baixo. Dito de outra forma, ainda não aprendemos a falar alemão... Sim, a entrada no euro foi feita a uma taxa de câmbio excessiva, e isso seria até um incentivo a mudarmos de vida. Mas o dinheiro que, em paralelo, chegou ao país serviu para subsidiar quem estava a sofrer esse choque externos, para travar mudanças, e isso criou, ou manteve, os incentivos errados.

Portugal, ao fim de mais 24 anos de moeda única, pode dizer que escapou à fatalidade de ser uma espécie de Albânia da Europa, o que seria inevitável se estivéssemos fora da União Europeia e especialmente do Euro. Mas, como mostram os números, **Portugal cresceu pouco, e foi ultrapassado em termos de riqueza por habitante**.

Os avanços de uma moeda única que nasceu, como se sabe, coxa, decorrem de crises, internas ou externos aos próprios países da moeda única. Primeiro, foi a crise do sistema financeiro americano em 2008, seguida da crise das dívidas soberanas de países do euro, como a que viveu Portugal (porque, ao contrário do que sugeriam economistas como Vítor Constâncio, que chegou à vice-presidência do Banco Central Europeu), o fim das fronteiras e a moeda única não chegavam para limitar os riscos de défices gémeos, o externo e o público, foi a pandemia e mais recentemente a guerra da Ucrânia.

Primeiro, foram os avanços na união bancária, uma das pernas que faltava à moeda única, avançou também a resolução bancária, mas o fundo de depósitos ainda não saiu do papel. Depois, com a pandemia, chegou o desejado mecanismo orçamental, para completar a união económica e monetária, a conhecida bazuca europeia, o Plano de Recuperação e Resiliência. E a integração vai ter de aumentar, mas com descentralização.

Do ponto de vista internacional, o Euro nasceu com uma dimensão geoeconómica, fazer frente ao poder do dólar, e isso revelou-se um sucesso ao fim destes anos.

Do ponto de vista nacional, **Portugal beneficiou da estabilidade de preços e de juros historicamente baixos, mas continua a desaproveitar a oportunidade que o Euro confere**.

Assim, este caminho valeu a pena? Sim, e é preciso não esquecer que o Euro é um instrumento, um meio, não é um fim em si mesmo, e se isso for entendido – por exemplo a última década mostra-nos que os portugueses já aceitam um dos princípios essenciais do Euro, o equilíbrio das contas públicas --, Portugal poderá aproveitar esta enorme oportunidade de forma plena.

O futuro continua a ser aqui.

Do ponto de vista internacional, o Euro nasceu com uma dimensão geoeconómica, fazer frente ao poder do dólar, e isso revelou-se um sucesso ao fim destes anos. Do ponto de vista nacional, Portugal beneficiou da estabilidade de preços e de juros historicamente baixos, mas continua a desaproveitar a oportunidade que o Euro confere.

António Costa

Scheng

25 Anos d

Circulação

en:
e Livre
sob ameaça?

CARLOS
COELHO

Presidente da Direcção da Nossa Europa
Antigo Deputado ao Parlamento Europeu

Schengen como o Maior Sucesso da UE

Quando o Reino Unido era Estado-Membro da União Europeia (UE), a maior parte dos seus agentes políticos sublinhavam sempre a grande conquista do Mercado Interno (a Europa da Economia) e **desvalorizavam a Europa dos Cidadãos.** A Europa Social e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça de que Schengen é o maior expoente não eram, para os britânicos, as "faces" preferidas da construção europeia. Importa reconhecer que no pluralismo das Democracias essa reticência é partilhada por forças políticas, quer da extrema-esquerda, quer da extrema-direita dos grupos políticos europeus. Curiosamente, no Eurobarómetro (que em todos os semestres avalia a opinião pública europeia), **Schengen** e a **livre circulação** aparecem, para uma expressiva maioria de europeus, como **a mais importante conquista e o maior sucesso do projeto de integração europeia.**

Com efeito, embora em 1957 o Tratado de Roma já definisse o objetivo da *"abolição, entre os Estados-Membros, dos obstáculos à livre circulação de pessoas, de serviços, e de capitais"*, seria necessário esperar até 1985 para que a Bélgica, a Alemanha, a França, o Luxemburgo e a Holanda assinassem, na cidade de Schengen, no Luxemburgo, o Acordo para a eliminação dos controlos nas fronteiras internas. E apenas dez anos mais tarde, em 1995, a sua entrada em vigor.

Em 1997, com o Tratado de Amesterdão, o Acordo de Schengen (e todo o acervo desenvolvido ao longo dos anos) passa a ser parte do edifício jurídico da União Europeia.

Com a criação de um espaço de livre circulação as fronteiras externas tornam-se comuns. O que significa que **problemas de segurança na fronteira externa de um dos Estados-Membros repercutem-se em todos.** Na ausência de fronteiras internas, o que acontece na prática é que quem entra numa fronteira externa na Estónia (que faz fronteira com a Rússia) pode circular livremente até Lisboa ou Porto, em Portugal. Isto torna claro que aos portugueses - e, em particular aos seus líderes políticos - interessa estar envolvido nas principais decisões sobre o controlo e a segurança das fronteiras externas dos seus pares, em Schengen. A segurança interna de cada Estado assenta na confiança que deposita na forma como os restantes controlam as suas fronteiras externas, o que requer uma maior cooperação policial e judicial. Isto conduziu ao acordo sobre diversas medidas compensatórias que estão na origem do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça. A mais significativa será, porventura, a criação do **SIS, o Sistema de Informação de Schengen,** que contém mais de 80 milhões de alertas (dos quais um milhão referem-se a pessoas).

Hoje, Schengen estende-se por mais de 50.000 quilómetros de fronteiras externas comuns, inclui mais de 400 milhões de pessoas, de 23 Estados-Membros da UE (após a entrada da Croácia no início de 2023) e quatro países associados (Liechtenstein, Suíça, Noruega e Islândia).

A Tragédia de Lampedusa foi o ponto de viragem

A tragédia de Lampedusa, em Outubro de 2013, marcou o início do primeiro ponto de viragem: a crise migratória. O conflito sírio e a instabilidade na vizinhança mais imediata no norte de África conduziram a um aumento muito significativo do número de pessoas a tentar atravessar a fronteira sul da União Europeia. Os números falam por si, no que diz respeito a mortes no Mediterrâneo e a migrantes que tentaram entrar na Europa, muitos deles em desespero e em fuga da guerra e da perseguição. As imagens, contudo, foram ainda mais impressivas e ninguém fica indiferente a famílias destroçadas com os seus filhos mortos numa praia, às portas da terra em que depositavam a esperança de uma vida melhor. Naturalmente, a pressão da opinião pública motivou as lideranças políticas a agir. Infelizmente, não de forma suficiente ou satisfatória.

O ano de 2015 permanece o ponto mais crítico desta crise que ainda não encontrou desfecho, com mais de um milhão de entradas ilegais detetadas. Cedo ficou clara a inaptidão do sistema de migração e asilo da União para lidar com estes fluxos migratórios. Assente no princípio de que é o país de entrada o responsável por acolher quem chega, Grécia e Itália não conseguiram conter as chegadas nem registar todos os pedidos de asilo. E esta situação não se alterou substancialmente até hoje. **Ninguém teria conseguido sozinho e ninguém o consegue fazer,** isso é evidente. Sem conseguir conter os movimentos secundários em direção ao centro e ao norte da Europa, onde a pressão se começa a sentir, regressaram respostas isoladas e, muitas vezes, egoístas. Em vez de solidariedade acrescida, o resto da Europa reagiu de forma descoordenada e unilateral, com vários Estados-Membros a reintroduzirem controlos nas suas fronteiras internas.

O sistema de asilo colapsou perante um maior fluxo de pessoas na fronteira externa da União. **O paradoxo persiste hoje:** a ausência de fronteiras internas torna as fronteiras externas, de facto, fronteiras comuns, mas juridicamente elas continuam a ser fronteiras nacionais. Um estrangeiro que aterre no aeroporto de Lisboa está juridicamente a entrar em Portugal mas, na prática, está a entrar no espaço europeu porque pode mover-se livremente no espaço da UE.

A pandemia acentuou os desafios

A pandemia da COVID-19 colocou novos desafios. Apesar de ter trazido uma aparente acalmia aos fluxos migratórios, a rapidíssima propagação do vírus demonstrou - a vários níveis - que a UE também não estava preparada para fenómenos desta natureza e intensidade.

A **reintrodução unilateral de controlos** nas fronteiras internas por inúmeros Estados-Membros impediu a distribuição de produtos, sobretudo perecíveis. As restrições à liberdade de circulação pararam serviços inteiros. O caso do Luxemburgo foi particularmente dramático, uma vez que a vasta maioria dos profissionais de saúde são residentes nos países vizinhos e ficaram - do dia para a noite - impedidos de ir trabalhar, efetivamente parando os hospitais luxemburgueses. Houve ainda descoordenação na fronteira externa, com cada Estado-Membro a decidir que tipo de controlos introduzir.

Em abril de 2020, 18 Estados-Membros - algo nunca antes visto - tinham reintroduzido controlos nas suas fronteiras internas.

Se as pressões da emergência de saúde pública justificaram a grande maioria das medidas excecionais, a pandemia tornou mais claras duas perceções:

- a evidência da facilidade em recorrer à suspensão da livre circulação como panaceia face a problemas inesperados;
- a falta de coordenação e articulação entre os Estados-Membros, sobretudo no início da crise. Viveu-se um ambiente de *"salve-se quem puder"*, sem nenhuma expressão de solidariedade europeia que só viria a revelar-se uns meses mais tarde com a intervenção da Comissão Europeia na aquisição e distribuição de vacinas, na partilha de boas práticas e na articulação de estratégias.

Os últimos anos puseram Schengen à prova como nunca. Entre 2015 e 2020 foram reintroduzidos controlos nas fronteiras 205 vezes, em forte contraste com as 35 vezes na década anterior. São vários os focos de tensão, a tal ponto que muitos vaticinaram que todo o edifício **Schengen pode colapsar.** Com o aproximar do fim de mais uma legislatura europeia, os próximos meses são ainda mais decisivos.

Carlos Coelho

O Tribunal de Justiça assinala a violação da Lei

Em Abril de 2022, o Tribunal de Justiça da União Europeia, pronuncia-se pela primeira vez sobre os controlos existentes desde 2015. Em causa, um turista que acabou multado por recusar apresentar o passaporte na fronteira entre a Áustria e a Eslovénia e decidiu recorrer da decisão. Com efeito, o Tribunal confirma o que já em 2018 o Parlamento tinha dito: a manutenção, por mais de dois anos, de controlos internos, alegando a mesma ameaça, é ilegal.

Os Estados afetados por esta decisão (Alemanha, Áustria, Noruega, Suécia, Dinamarca e França), têm mantido as suas fronteiras internas com controlos. Um caso, com pouco paralelo, de confronto institucional. Este é o mais recente foco de tensão.

Para além de acentuar o conflito entre o Direito da União Europeia e as conveniências nacionais (que frequentemente se limitam ao discurso soberanista de que *"no meu território mando eu"*) não deixa de passar a ideia de que **aos Estados é legítimo violar a Lei sem consequência.** A revisão das regras de Schengen, para as tornar mais eficazes e vinculativas torna-se, assim, **mais urgente.** O que se pretende é preservar o que os cidadãos consideram ser a mais importante conquista da integração europeia.

Haverá fumo branco até 2024?

Os últimos anos puseram Schengen à prova como nunca. Entre 2015 e 2020 foram reintroduzidos controlos nas fronteiras 205 vezes, em forte contraste com as 35 vezes na década anterior.

São vários os focos de tensão, a tal ponto que muitos vaticinaram que todo o edifício **Schengen pode colapsar.** Com o aproximar do fim de mais uma legislatura europeia, os próximos meses são ainda mais decisivos.

No Asilo e Migração, os sinais são pouco encorajadores. A Comissão *Juncker* propôs um Pacto para o Asilo e Migração, sem sucesso. A Comissão *Von der Leyen* apresentou um novo pacto, em 2020. Perante novo bloqueio, em Setembro de 2022, sob o impulso da Presidente Metsola (Presidente do Parlamento Europeu), todos os relatores do Parlamento e todas as Presidências do Conselho da União Europeia até 2024 acordaram reformar o sistema até ao final da atual legislatura (Julho de 2024). Infelizmente, **é pouco provável que assim seja,** porque as negociações entre Parlamento e Conselho ainda nem sequer começaram.

Com base nas lições da pandemia, a atual Comissão Europeia também apresentou uma proposta de revisão do Código de Fronteiras Schengen, em Dezembro de 2021. Mais de dois anos volvidos, o processo está bloqueado no Parlamento Europeu e a abordagem mais "europeia" do PE contrasta com as tentações mais "nacionais" dos Estados-Membros.

Se praticamente todos concordam que é essencial tomar decisões antes das eleições europeias de 2024, quase ninguém acredita que isso possa acontecer. E muitos receiam que o atraso das medidas comprometa a eficácia de Schengen e prejudique a livre circulação. **Eleitos e governos não se entendem e arrastam os pés.** Todos dizem que não há tempo a perder, mas quase todos contribuem para que se perca tempo e se adiem as decisões.

Europe'
Tran
4

s Digital
sition

EVA
MAYDELL

Deputada ao Parlamento Europeu
Búlgara, PPE, Vice-Presidente da Delegação
com o Japão

The main characteristic of our time is its pace. **Developments and transitions are happening at an unprecedented speed**. Up until the 2000s, you had to go to the library and spend several hours turning pages to prepare a school project or to do a basic fact check. With the advent of broadband Internet, those checks could be done much faster from anywhere. Today, students do not need to check anything in books, encyclopaedias or dictionaries. They are writing papers in minutes using Chat GPT. **Universities are trying to decide how to detect and address that**.

A friend told me the story of how his grandfather used to smuggle Rolling Stones and Beatles records through the border police and customs in Bulgaria when passing the iron curtain in the 60s. I, myself, used cassette tapes to record music from the radio. Later I downloaded mp3s and put them on CDs. Some years later, we could find our favourite songs on any of the streaming platforms. Today, we are listening to new songs from a popular musician only to realize they are actually created by Artificial Intelligence...

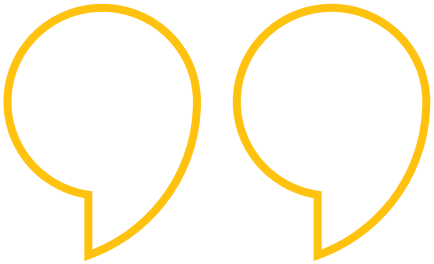
Up until the 2000s, we got our news from the TV and the newspaper. **"It is on the news" or "it is in the paper" was enough for us to be sure that something has really happened**. This was how Orson Welles radio show' "The War of the Worlds" - which presented the news that aliens from Mars were invading the Earth - was made possible. With the advent of websites and online media, the speed at which information spreads rapidly increased. Today, we need just a couple of posts on any

social platform to believe that the Moon landing was fake or that COVID 19 was an invented tool to control the human population on Earth.

These are the effects of the digitalization. This rapid digitalization and its effects remind me of how we analysed and treated globalization just some years ago. Globalization brought similar in nature change to our society – with huge speed, changing patterns and way of life. Leaders were overjoyed and excited about the prospects of a borderless world. Globalization provided numerous positive effects for the world economy and we often preferred to focus on this brighter side of the story. **However, globalization inevitably brought some negative consequences**. Sizeable groups in our societies did not feel those positive effects of free trade. Just the opposite – some of them lost their job, quality in their life or social stability. As a result, our societies had social wounds, which resulted in political earthquakes and pushback.

The rapid digital transformation in the world is a tremendous opportunity. We need this process in Europe to be supported and well planned. As part of this development we need to take into account all of its elements – both positive and negative. We need to foresee the coming challenges and put measures in place to help our citizens cope with the rapid changes.

The appearance of Chat GPT awakened many in society to of the effects of Artificial Intelligence. The overall enthusiasm was replaced by serious concerns and calls for temporary bans. However, we should not think about this in such extremes. Taking the lessons learnt from globalization, we should re-think our concepts about how we regulate AI and new technologies. **We need to take into account both the potential opportunities of AI and the risks**. AI should be a tool to help human productivity, as with previous technological revolutions – the information and the industrial ones. On the other hand, however, we should put the right rules in place so that AI is not used to create state of the art fake news or to be a tool used for disinformation. It should be an instrument to improve some processes and products: it could support doctors and researchers, it could make program coders more efficient, and it could help humans take better and faster decisions. In order to achieve that, we need to have the whole picture of what AI can and cannot bring - not only the most positive or the most negative part of it. Having such a sober view of what is coming is of great importance to prepare for a future that is safe, secure and prosperous for different groups in our society.



The appearance of Chat GPT awakened many in society to of the effects of Artificial Intelligence. The overall enthusiasm was replaced by serious concerns and calls for temporary bans. However, we should not think about this in such extremes. Taking the lessons learnt from globalization, we should re-think our concepts about how we regulate AI and new technologies. We need to take into account both the potential opportunities of AI and the risks.

Eva Maydell

One of the other ways the technological transition is helping us is via **improving the quality of government services through their digitalization**. If people are not using libraries, if they have numerous sources of information, if they can find their favourite movie or a song in a minute, it is quite probable and expected that they will start having the same expectations for what governments, municipalities and other institutions are providing to them. We can already see that many citizens not only expect fast and effective solutions to their problems, but also that they expect to be part of the process in which those solutions are created. Therefore, we need to improve rapidly through digitalization the governmental and institutional responses and services. Digital identities, online services, even different types of smart voting methods, is what is expected. Yet, here the question is: **Can our institutions at different levels respond to those expectations?** Digitalization and implementation of tech solutions in the institutional environment is not easy and quite often it comes with the need of large financial resources and a lack of capacity. That is why we need specific programs to support our institutions to start integrating technology and creating a better institutional framework for processes based on tech. Without such support, we risk having outdated institutions that have lost their citizens' trust many years ago. **It goes without saying that this is an enormous threat for any democratic system**.

Democracy is impossible without trust. And trust is seriously harmed by the spread of disinformation. The main problem here is the ease and speed with which disinformation can be spread throughout social media and other digital platforms. **Disinformation can be created and disseminated rapidly**, often without any factual basis or verification. This can cause significant harm to individuals, organizations, and society as a whole, leading to the erosion of trust, polarization, and even violence. Additionally, the **lack of accountability and transparency in some digital platforms** can make it difficult to combat disinformation effectively. This highlights the need for increased efforts to promote media literacy, fact-checking, and critical thinking skills among citizens. Yet that is not enough. We need to work more in depth with the social platforms and to convince them to create mechanisms for early warnings and to take their responsibilities seriously. Digital platforms can be required to provide more transparency around their algorithms and content moderation policies. This can help users understand how content is ranked and why certain content is removed. The EU has introduced the Digital Services Act, which will make online platforms more accountable for the content they host, including disinformation. Work is already underway with NGOs, experts, third-party fact-checkers, governments and social platforms to create the important network of entities that have the capacity to help identify and flag disinformation.

Nevertheless, if we have learnt something from the clash between the reality and globalization, we need to pay specific attention to citizens. **Citizens need to be equipped with the knowledge and skills necessary to navigate the digital world safely and responsibly**. They need to be prepared for the changes that are coming - some positive, some challenging and others negative. They need to be informed on how to keep their personal data safe or how to navigate the ocean of disinformation that surrounds them. **Combating disinformation is a crucial aspect** of coping with the digital transformation in Europe. This can be achieved through media literacy programs that teach citizens how to identify false information. Technologies will be around from now on and they are going to permeate through all sectors of life, so we need to teach our citizens how to make use of them while protecting their individual freedoms and values.

Just like globalization, **the digital transformation is not a question of yes or no. It should be a question of how**. Moreover, we need to focus our efforts to make it suitable for our citizens and businesses in Europe. We have to be active and bold as Europeans to set the global standards and best practices for many of the elements of the digital world that we are living in.

5.

Fundos e uma opor não devia

uropeus:
tunidade que
ser perdida

JOSÉ MANUEL
FERNANDES

Deputado, Chefe da Delegação do PSD
no Parlamento Europeu
Coordenador do PPE
na Comissão dos Orçamentos

O Quadro Financeiro Plurianual e a Decisão dos Recursos Próprios

O Orçamento da União Europeia (UE) está enquadrado e balizado pelo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) onde se encontram elencadas, em termos financeiros, as prioridades políticas da UE e se fixa a duração, montantes dos limites máximos anuais das despesas e suas categorias, os fundos e os programas. No QFP, estabelecido por um período mínimo de cinco anos,[1] ficam ainda definidos os instrumentos de flexibilidade.

Com o Tratado de Lisboa, o QFP, até então um acordo interinstitucional, passou a ser um Regulamento adotado através de um processo legislativo especial. O atual QFP é o sexto quadro financeiro da UE.

Embora garanta estabilidade, o QFP tem uma **reduzida flexibilidade** e, por isso, uma grande dificuldade em dar resposta a crises e imprevistos. Acresce que a sua aprovação depende de **unanimidade** no Conselho, após parecer favorável do Parlamento Europeu[2]. Esta aprovação é acompanhada de uma "decisão de recursos próprios" que define, entre outras matérias, o tipo de

[1] Conforme o nº. 1 do Artº 312 do TFUE
[2] Conforme o nº. 1 do Artº 312 do TFUE

receitas, o seu limite máximo, a "margem de folga"[3] e as condições em que a Comissão Europeia pode recorrer aos mercados para financiar os seus programas. Esta decisão obriga, igualmente, a **unanimidade do Conselho** e só entra em vigor após **ratificação pelos Estados-Membros (EM),** em conformidade com as respetivas normas constitucionais. A não ratificação por parte de um - um único - Parlamento Nacional **impediria a concretização do NextGenerationEU (NGEU)** e a consequente elaboração dos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR).

A necessidade de unanimidade do Conselho para a aprovação do QFP e da decisão de recursos próprios, aliado ao reduzido envolvimento do Parlamento Europeu (que, de resto, tem visto os seus poderes reforçados em cada revisão dos tratados), introduz opacidade, o que reforça a **vantagem dos contribuintes líquidos e a política do facto consumado**[4]. Infelizmente, a unanimidade foi utilizada pela Hungria e pela Polónia que, ainda que sem sucesso, ameaçaram utilizar o seu voto para imporem a sua vontade no regulamento do "Estado de Direito"[5]. No caso do QFP, também os "frugais"[6], liderados pelos Países-Baixos, aproveitam a unanimidade para **imporem um QFP** que não ultrapassasse **o 1% do Rendimento Nacional Bruto (RNB)** da UE. Quando há situações urgentes e imprevisíveis a que o Orçamento da UE não consegue dar resposta, os Estados-Membros criam **fundos e programas fora do Orçamento,** como por exemplo os fundos fiduciários para apoio aos refugiados e o recente Fundo Social Climático. Esta é uma prática recorrente que, além de diminuir a transparência, reduz a legitimidade democrática do processo, ao excluir o Parlamento do acompanhamento e do controlo dos recursos financeiros. Não faz sentido que, quando os tratados estabeleçam poderes reforçados para o Parlamento em matéria orçamental, os governos nacionais encontrem formas de fugir ao necessário escrutínio democrático daqueles que representam os cidadãos europeus.

[3] A "margem de folga" conhecida como *headroom* é a margem entre o limite máximo de recursos próprios da União Europeia e o limite de pagamentos definidos no âmbito do QFP. O *headroom* dá flexibilidade, uma vez que permite cobrir pagamentos não previstos, financiar os instrumentos de flexibilidade, assumir despesas de urgência ou servir de garantia para os empréstimos que a União assuma. É uma margem que só é provisionada se e quando necessário.

[4] Nas negociações do QFP alguns Estados-Membros acordaram, secretamente e com a conivência da Comissão Europeia, a reserva de ajustamento ao Brexit com uma chave de distribuição favorável para os "suspeitos" do costume. De um total de 5400 milhões de euros, a preços correntes, a Alemanha, Franca, Países Baixos e Bélgica recebem respetivamente 646.6, 735.5, 886.3, 386.5 milhões de euros. Posteriormente ao acordo no Conselho, a Comissão apresentou a distribuição que, entretanto, tinha sido negociada secretamente... Apesar do impacto do Brexit, em Portugal recebemos apenas 81.3 milhões de euros. Na prática, Portugal é contribuinte liquido deste fundo: recebe 81.3 milhões de euros e paga cerca de 86 milhões de euros.

[5] Regulamento 2020/2092 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de dezembro de 2020 relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União.

[6] Os frugais: Países-Baixos, Áustria, Suécia, Finlândia e Dinamarca

A aprovação do QFP implica a aprovação de um **acordo interinstitucional[7], juridicamente vinculativo,** para o período de vigência do quadro financeiro, onde se encontram informações complementares e regras de cooperação entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Conselho.

Breve cronologia: QFP 2021-2027, recursos próprios e NGEU

Trabalho neste dossier desde 2017, na qualidade de coordenador do Grupo PPE (Partido Popular Europeu) na Comissão dos Orçamentos e como negociador permanente dos Recursos Próprios. Sou, também, membro da equipa de negociação do PE (Parlamento Europeu) para as negociações do QFP.

Em 2014, um grupo de alto nível liderado por Mário Monti apresentou um relatório onde se apelava à criação de novos recursos próprios. Este grupo assinalou a necessidade de recursos mais transparentes, simples e justos, que não substituíssem os atuais, mas que se somassem, alargando a capacidade de financiamento da União Europeia, por si própria, reduzindo a dependência dos Estados-Membros. É a partir desta data que são repetidamente aprovadas resoluções nesse sentido. Todas reconhecem como urgente a aprovação de novos recursos próprios que evitem a infeliz distinção entre contribuintes e beneficiários líquidos e que reduza a excessiva dependência do orçamento da UE em relação às contribuições nacionais. Para além disso, é imperativo que o cabaz de recursos próprios seja neutro do ponto de vista orçamental para os cidadãos. Isto é, que não represente qualquer encargo adicional (nomeadamente em matéria fiscal) sobre os europeus.

Por paradoxal que seja, o PE não tem nenhum poder vinculativo quanto às receitas do orçamento, muito embora se pronuncie sobre a despesa. Na verdade, nos termos do art.º 311 do TFUE, **o PE é apenas consultado.** Por isso, o PE decidiu que não aprovaria o QFP se não existisse um compromisso vinculativo relativamente à criação de um roteiro para a introdução de novos recursos próprios.

No Parlamento fomos **pró-ativos,** antecipámo-nos e, por isso, aprovámos uma Resolução a 14 de Março de 2018[8] que influenciou a proposta da Comissão Europeia de 2 de maio de 2018 relativa QFP 2021-2027[9].

[7] ACORDO INTERINSTITUCIONAL de 16 de dezembro de 2020 entre o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia sobre a disciplina orçamental, a cooperação em matéria orçamental e a boa gestão financeira, bem como sobre os novos recursos próprios, incluindo um roteiro para a introdução de novos recursos próprios.

[8] Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de março de 2018, sobre o próximo QFP:

[9] A proposta da Comissão ascendia a 1134,6 mil milhões de EUR (a preços de 2018) em dotações para autorizações, ou 1,11% do RNB da UE-27.

O PE pretendia **quebrar o tabu do limite máximo de 1% do RNB** da UE para o QFP, evitar cortes na Política de Coesão e na Política Agrícola Comum e **reforçar programas europeus** como o Horizonte Europa, o Erasmus+ e o instrumento de financiamento da União Europeia para o ambiente e a ação climática. Face à reduzida flexibilidade do QFP, pretendíamos assegurar uma **revisão intercalar - obrigatória -** do mesmo. Defendemos, também, que a Estratégia Europa 2020 deveria prosseguir com o reforço da dimensão climática e digital. Em simultâneo, pretendíamos que o QFP estivesse pronto de modo a que, a 1 de janeiro de 2021, se assegurasse previsibilidade para os beneficiários dos fundos e se evitasse a interrupção dos fundos e programas. A aprovação do QFP condiciona os montantes financeiros dos regulamentos setoriais, aprovados num processo de co-decisão, dos vários fundos e programas.

A proposta da Comissão de 2 de maio de 2018 para o QFP ficou distante da posição do Parlamento. Se, por um lado, era de louvar a **criação de novos fundos e programas** para a transição digital, o reforço do Erasmus+, o fundo para a defesa, e a manutenção da duração do QFP de 7 anos; por outro lado, a proposta pecava ao prever **cortes na Política de Coesão e na Política Agrícola Comum, superiores a 10%[10].**

Na sequência das eleições europeias de 2019, o PE atualizou o mandato de negociação e, finalmente, a 14 de janeiro de 2020, a Comissão Europeia satisfez uma reivindicação do PE, adicionando à proposta de 2 de maio de 2018 o Fundo para a Transição Justa, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

A pandemia da COVID-19 e os efeitos económicos daí resultantes levaram a Comissão Europeia a apresentar, a 27 e 28 de maio de 2020, uma nova proposta para o QFP, a decisão de recursos próprios e um **instrumento de recuperação NGEU.** A Comissão propôs um QFP de 1.100 milhões de euros, a preços de 2018, e um NGEU com 500 mil milhões de euros em subvenções e 250 mil milhões de euros em empréstimos, o que representava um valor de 750 mil milhões de euros. O Conselho, no dia 21 de julho de 2020, depois de uma maratona negocial de vários dias, chegou a um acordo de princípio em relação ao QFP, decisão de recursos próprios, NGEU, e à introdução de uma condicionalidade respeitante ao Estado de Direito. Nesse acordo, o **NGEU manteve-se nos 750 mil milhões de euros.** No entanto, **as subvenções foram reduzidas de 500 para 390 mil milhões de euros e a componente de empréstimos aumentou de 250 para 360 mil milhões de euros.** Relativamente à decisão de recursos

[10] No entanto, com a adição dos montantes do NGEU destinados especificamente à Política de Coesão e ao FEADER, os cortes da Política de Coesão são quase eliminados e os da PAC são minorados.

próprios, o Conselho concordou com a introdução de um novo recurso baseado nas embalagens de plástico que são depositadas em aterro e em aumentar o limite máximo dos recursos próprios, de forma a possibilitar a Comissão Europeia a utilizar o **Orçamento da UE como garantia para se endividar nos mercados e financiar o NGEU.**

Seguiram-se **11 reuniões trilaterais** entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão, que se iniciaram em **agosto de 2020 e terminaram a 10 de novembro de 2020, com um acordo.** A velha máxima "nada está acordado até que tudo esteja acordado" manteve-se até ao fim das negociações. Neste "pacote" estava: QFP, decisão de recursos próprios, acordo interinstitucional, NGEU e o regime geral de condicionalidade (Estado de Direito) para a proteção do Orçamento da União.

Na UE, como de costume, quando se chega a acordo, todos cantam vitória ainda que todos percam. No final, também dá jeito apresentar os números a preços correntes. Assim, apresentámos o maior pacote de estímulos de sempre: **2,018 biliões de EUR a preços correntes[11].** Tal corresponde a 1,211 biliões para o QFP 2021-2027 e 806.9 mil milhões de euros para o NGEU, tudo a preços correntes[12]. **A dimensão climática está bem presente: 30% do QFP e 37% do NGEU** devem contribuir para o combate às alterações climáticas. **Pela primeira vez,** temos uma solução que, antes da pandemia, era impensável: **a Comissão Europeia endivida-se com base numa garantia do Orçamento da UE e distribui subvenções aos Estados-Membros, que serão pagas - até 2058 - por esse mesmo orçamento.** Para além disso, conseguimos uma nova receita baseada nos plásticos que são depositados em aterro, **um roteiro vinculativo para a introdução de novos recursos próprios** e um regulamento que pode suspender ou cortar fundos aos Estados-Membros que não respeitem o Estado de Direito, valor cimeiro dos tratados e da Carta dos Direitos Fundamentais.

[11] 1,8 biliões de euros a preços constantes de 2018.

[12] A preços constantes de 2018 o QFP representa 1.074 biliões e o NGEU 750 mil milhões de euros.

A minha análise - crítica - do acordo

Mais uma vez, o "fetiche" dos frugais impôs um QFP que corresponde (apenas) a cerca de 1% do RNB da UE, apesar do seu enorme valor acrescentado: mais de 93% é dedicado ao investimento. As despesas administrativas e de funcionamento de todas as instituições da UE são inferiores a 7% do Orçamento. Contra os objetivos e vontade do Parlamento Europeu, o novo QFP, em comparação com o anterior (2014-2020), **viu diminuídas as suas verbas,** o que dificultará as próximas negociações: o atual QFP será utilizado como base, ponto de partida e comparação. A Política de Coesão e a Política Agrícola Comum, tão essenciais para Portugal, serão novamente os alvos e, previsivelmente, as vítimas. É certo que a fraca absorção de vários Estados-Membros não ajudou a defender a posição do PE. A 31 de Janeiro de 2021 os Estados-Membros tinham utilizado apenas 57% dos envelopes financeiros do período 2014-2020![13] Para Portugal, o QFP 2021-2027 traduz-se num corte de cerca de 1.600 milhões de euros na Política de Coesão e de mais de 1.200 milhões na Política Agrícola Comum. Como referi, este é um ponto francamente negativo que funcionará como referência para o Conselho nas negociações do próximo QFP. Estou certo de que o Parlamento Europeu, de um lado, afirmará que a Política de Coesão e o FEADER[14] foram reforçados com o NGEU e que é o resultado desse reforço que deverá ser a base de negociação e o ponto de partida. Por outro lado, teremos o Conselho a afirmar que esses reforços do NGEU não podem ser considerados, por este ser um instrumento único, extraordinário e irrepetível.

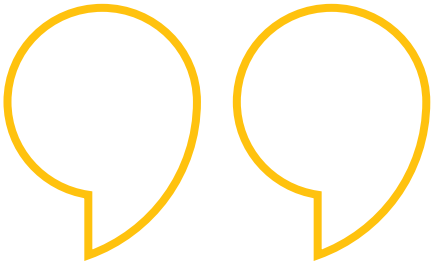
No PE, a primeira batalha que travei foi a de convencer os colegas que a duração do QFP deveria ser de sete anos, ao invés de cinco, como muitos pretendiam. Um QFP de cinco anos seria mau para Portugal e para os restantes países da coesão: os programas demoram a arrancar. Estou convicto que, se o QFP tivesse a duração de apenas 5 anos, não seríamos capazes de utilizar todos os montantes ainda disponíveis[15].

Nas negociações, não conseguimos que o Conselho aceitasse uma **revisão intercalar obrigatória.** Tal revisão permitiria reforços e atualizações, se necessário; assim como a possibilidade de a Comissão avançar com novas iniciativas. **Hoje, a necessidade desta revisão é evidente.** Num curto espaço de tempo, ficou provado que tínhamos razão: **a Comissão Europeia apresentará este ano uma proposta de revisão do QFP para fazer face ao esgotamento das margens**

[13] Em 31 de Janeiro de 2021, os EM tinham efetuado 263, 7 mil milhões de pagamentos de um total disponível de 464,6 mil milhões.

[14] Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

[15] Neste momento, temos cerca de 3500 milhões de euros do Portugal 2020 que ainda não foram utilizados.



Portugal nunca teve na sua História tantos milhares de milhões à sua disposição. Os mais de 55 mil milhões de euros que Portugal tem disponíveis e assegurados, para o período 2021/2027, são uma **tempestade de milhões que representam uma oportunidade que não deveria ser perdida.**

José Manuel Fernandes

e instrumentos de flexibilidade. Estas, por si só, já eram diminutas e foram rapidamente utilizadas para dar resposta à pandemia e à guerra. A estratégia da Comissão e -sobretudo- do Conselho é sempre a mesma: não querem colocar *fresh money* em novas iniciativas e, por isso, as **reafectações são uma constante. O mesmo dinheiro é propagandeado várias vezes sendo cortado numa linha orçamental para ser adicionado noutra**[16]**.**

Mais uma vez, os Estados-Membros só se preocuparam com os respetivos envelopes nacionais. **Os projetos comuns foram esquecidos. Os programas para a investigação, saúde, energia, digital, segurança e defesa e as interligações são absolutamente essenciais para a UE vencer os desafios comuns, mas foram subfinanciados. Nas negociações com o Conselho, conseguimos um reforço de 15 mil milhões de euros para estes programas e de 1000 milhões de euros para reforçar a flexibilidade para situações imprevistas.** Para tal, as multas resultantes da violação das regras de concorrência do mercado interno serão utilizadas para este reforço que conseguimos.

A maior frustração das negociações, e a que maiores repercussões negativas poderá ter, está relacionada com o pagamento da dívida resultante das subvenções (421,1 mil milhões de euros a preços correntes) do NGEU. **O pagamento desta dívida está dentro do orçamento da UE** na rubrica 2.b. Esta é uma má prática orçamental. Se as taxas de juro variam - e correm o risco de aumentar - como é que se pode fazer de conta que o custo da dívida tem um valor fixo? A Comissão Europeia não ajudou nas negociações e hoje reconhece que errou. No atual QFP, até 2027, o pagamento da dívida corresponde aos juros, não havendo amortizações. **A Comissão previu 12,9 mil milhões de euros, a preços constantes de 2018, para o efeito.** No entanto, com o aumento das taxas de juro, o montante orçamentado não é suficiente, o que obriga à utilização das reduzidíssimas margens disponíveis do Orçamento, pondo em causa a sua **credibilidade.** Nas negociações insisti - sem sucesso - para que o pagamento da dívida ficasse "alojado" no ***headroom,* o que daria estabilidade ao Orçamento e confiança aos credores.** Se o pagamento da dívida continuar dentro dos limites do Orçamento, a consequência será ainda mais nefasta no próximo QFP. O montante será, no mínimo, a partir de 2027, cerca **de 16 mil milhões de euros por ano até 2058!** Tal significará um corte de, aproximadamente, **10% de um Orçamento anual que já é, em minha opinião, insuficiente.** Por esta razão, insistimos e conseguimos que o **acordo interinstitucional preveja um roteiro para a introdução de novos recursos próprios num montante que deve ser, pelo menos, equivalente ao custo da dívida.** O NGEU

[16] O Regulamento Circuitos Integrados Europeu e da conectividade segura são os exemplos mais recentes.

reforçou - e provou - a necessidade de genuínos e novos recursos próprios[17].

Fica evidente que o **NGEU é dívida que será paga até 2058.** Tal implicaria que a implementação do NGEU fosse um sucesso, criasse riqueza, fosse uma mais valia transformadora que trouxesse modernização aos nossos países e aumentasse a competitividade e coesão da UE.

Exigia-se transparência na execução dos PRR e, por isso, lamenta-se que o Conselho não tenha aceite a implementação de uma plataforma digital onde constassem todos os beneficiários finais, o que levou a que o Parlamento e o Conselho tenham anexado ao acordo relativo à aprovação do MRR uma declaração conjunta[18].

O NGEU padece de um pecado original: a base legal é o art.º 122 do TFUE, que exclui o Parlamento Europeu. Na verdade, o regulamento que cria o instrumento de recuperação da UE para fazer face à Covid-19 é só da lavra do Conselho[19]. É inaceitável e é um erro permitido pelos Tratados que o Conselho, por si só, possa avançar com iniciativas que tenham consequências financeiras para o Orçamento da UE sem nenhuma intervenção do Parlamento Europeu. Por isso, passou a constar do **acordo interinstitucional que, sempre que o Conselho aja ao abrigo do art.º 122 do TFUE e daí resultem consequências financeiras para o Orçamento da UE, o Parlamento deve ser previamente auscultado e envolvido.**

A implicação do Parlamento ocorreu no regulamento de codecisão denominado Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)[20]. A maior fatia do NGEU, 723,8 mil milhões de euros (a preços correntes) sob a forma de empréstimos (385,8 mil milhões de euros) e de subvenções (338 mil milhões de euros) é disponibilizada para os Estados-Membros construírem os respetivos PRR. **Estes deveriam ter como objetivo a implementação de reformas e investimentos de acordo com as recomendações especificas no âmbito do Semestre Europeu, o processo de coor-**

[17] A Alemanha e a França financiam mais de 42% do orçamento, contribuindo respetivamente em 2023 com 23,60% e 18.55%. Quem paga o jantar, por norma, escolhe o restaurante e, muitas vezes, a ementa. Em 2023, a soma do recurso próprio baseado no RNB e no IVA representa 126,219,500,034, ou seja, 81.8% do orçamento da UE. Os Ministros das Finanças sentem-se os "donos" do orçamento querem o "juste retour".

[18] No que respeita à declaração conjunta, o Parlamento Europeu e a Comissão recordam a necessidade de garantir a realização de controlos e de auditorias eficazes para evitar o duplo financiamento e, simultaneamente, prevenir, detetar e corrigir a fraude, a corrupção e os conflitos de interesses em relação às medidas apoiadas pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Ambas as Instituições consideram fundamental que os Estados-Membros recolham e registem dados relativos aos beneficiários finais e aos beneficiários de financiamento da União num formato eletrónico normalizado e interoperável, e que utilizem o instrumento único de prospeção de dados que será fornecido pela Comissão.

[19] Instrumento de Recuperação da União Europeia para apoiar a recuperação na sequência da crise da COVID

[20] REGULAMENTO (UE) 2021/241 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 12 de fevereiro de 2021 que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

denação das políticas económicas e orçamentais na Europa (cuja revisão tem sido insistentemente exigida por vários Deputados ao Parlamento Europeu, grupo em que me incluo). Infelizmente, os Estados-Membros limitaram-se a colocar nos PRR alterações legislativas, a que chamam reformas, que já tinham intenções de concretizar. Se alguma "reforma" se revelar impopular, o governo usa como desculpa os montantes do PRR que pretende receber[21].

Lamentavelmente, os Estados-Membros **esqueceram-se de incluir nos seus PRR projetos comuns** que possibilitassem a União da Energia, do Digital, da Saúde, da Mobilidade, Proteção Civil, Segurança e Defesa. Os projetos transfronteiriços são - praticamente - inexistentes. Os PRR nacionais estão a servir, regra geral, para os Estados-Membros concretizarem projetos que deviam executar com os orçamentos nacionais e os demais fundos europeus. Acresce que, na generalidade, **os EM não ouviram os territórios,** as regiões, as autarquias, as empresas e as instituições de solidariedade social.

Com o objetivo de reduzir a dependência energética em relação à Rússia, foi aprovado o **REPowerEU,** que foi "incorporado" no MRR[22]. Para tentar "forçar" as interconexões energéticas - essenciais para Portugal - conseguimos que 30% do REPowerEU seja destinado a projetos transfronteiriços.

O financiamento do REPowerEU é feito através dos **empréstimos ainda não utilizados por cada Estado-Membros no âmbito do MRR e com 20 mil milhões de euros de subvenções** asseguradas pelo Fundo de Inovação (60 %) e pela venda de licenças de emissão do Sistema de Comércio de Licenças de Emissão (40 %)[23].

Assim, **o PRR de Portugal passou a ter mais 785 milhões de euros** em subvenções[24]. O Governo aproveitou a necessidade de atualização do PRR para solicitar mais empréstimos. O **PRR passará a ter 20,6 mil milhões de euros,** sendo 16,285 mil milhões em subvenções e 4,3 mil milhões de euros em empréstimos. Note-se que o PRR aprovado em 2021 tinha o montante de 13.9 mil milhões de euros em subvenções e 2.7 mil milhões de euros em empréstimos. **Por más razões, por termos respondido pior à pandemia do que os outros Estados-Membros, Portugal recebeu um**

[21] Recentemente, a Comissão analisou em que medida as REP de 2019-2020 foram aplicadas, tendo constatado que 85% registaram alguns progressos ou progressos limitados e 11% registaram progressos substanciais. Apenas 1% das REP tinham sido totalmente aplicadas, ao passo que 3% não tinham registado progressos

[22] O Regulamento que cria o MRR foi alterado pelo Regulamento (EU) 2023/435 do Parlamento Europeu e do Conselho.

[23] Os Estados-Membros podem também transferir para o MRR os montantes disponíveis da Reserva de Ajustamento ao Brexit. Acresce, a possibilidade de transferência - voluntária- de até 10 % dos fundos da política de coesão 2014-2020 de modo a apoiar as PME e os agregados familiares vulneráveis.

[24] No âmbito do RepowerEU recebe 704,420 milhões de euros a que pode juntar 81.358.359 milhões de euros da RAB.

"bónus" de 1,6 mil milhões de euros na vertente das subvenções[25].

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência é executado em regime de gestão **direta e os beneficiários são os Estados-Membros,** sendo estes os responsáveis por assegurar a boa gestão financeira. **As taxas de execução são enganadoras:** os governos consideram que a execução está realizada a partir do momento em que os montantes do PRR saem do Orçamento do Estado para, por exemplo, um organismo intermediário, ou um orçamento regional. O modelo de financiamento não se aplica a operações individuais e não está associado aos custos, mas ao cumprimento de marcos e metas. Lamentavelmente, não está associado à obtenção de resultados[26]. Note-se que a **regra de anulação não existe** no âmbito do MRR[27]. Tal significa que o único prazo que existe para a concretização dos pagamentos é o prazo definido no regulamento do MRR: 31 de dezembro de 2026.

Tanto no regulamento do Conselho que cria o instrumento de recuperação para fazer face ao COVID-19, como no Regulamento relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência, prevê-se que os pagamentos do **PRR sejam efetuados até 31 de dezembro de 2026[28]. Defendo que estas datas devem ser alteradas e alinhadas com o QFP 2021/2027. A boa utilização dos recursos financeiros disponíveis é imperativa! A pressa não é amiga de projetos de qualidade.** O calendário de execução dos fundos e dos PRR pode mesmo contribuir para o **aumento da inflação.** Note-se o caso de Portugal: há ainda cerca de 3.500 milhões de euros do Portugal 2020 que têm de ser executados

[25] Na vertente dos empréstimos, Portugal solicitou mais 1600 milhões de euros face aos 2.7 mil milhões iniciais, de um montante disponível de 14.2 mil milhões de euros a que podemos aceder até 30 de agosto de 2023.

[26] De acordo com o Regulamento Financeiro da UE e com o modelo de "financiamento não associado aos custos", uma operação recebe financiamento da UE quando obtém resultados ou cumpre as condições previamente estabelecidas na legislação. Este tipo de financiamento foi introduzido pela primeira vez em 2018, na revisão do Regulamento Financeiro.

[27] Na atual politica de coesão teremos a regra N+2, no final do seu período de execução. Regra "N+2": A autorização orçamental é automaticamente anulada se não tiver sido utilizada ou se não tiver sido recebido qualquer pedido de pagamento até ao fim do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental.

[28] REGULAMENTO (UE) 2020/2094 DO CONSELHO de 14 de dezembro de 2020 que cria um Instrumento de Recuperação da União Europeia para apoiar a recuperação na sequência da crise da COVID-19. O art. 3º/9 dispõe: "Os pagamentos relacionados com os compromissos jurídicos assumidos, as decisões adotadas e o provisionamento para operações financeiras aprovadas em conformidade com os nº 4 a 6 do presente artigo são efetuados até 31 de dezembro de 2026, com exceção da assistência técnica e administrativa a que se refere o artigo 1º nº 3, e dos casos em que, excecionalmente, embora o compromisso jurídico tenha sido assumido, a decisão adotada ou a operação aprovada, em termos conformes com o prazo aplicável nos termos do presente número, sejam necessários pagamentos após 2026 para que a União possa honrar as suas obrigações perante terceiros, nomeadamente na sequência de uma decisão judicial contra a União transitada em julgado."

"Artigo 24.º Regras relativas aos pagamentos, à suspensão e à rescisão de acordos relativos às contribuições financeiras e ao apoio sob a forma de empréstimos

1. Os pagamentos das contribuições financeiras e, se for o caso, do empréstimo ao Estado-Membro em causa, ao abrigo do presente artigo, são efetuados até 31 de dezembro de 2026 e de acordo com as dotações orçamentais e sujeitos aos fundos disponíveis.

este ano. O PRR corresponde a mais de 20 mil milhões de euros e o PT 2030, com 23 mil milhões de euros, está a ser propositadamente atrasado, mas em 2024 terá de ter execução financeira. Acrescem ainda os montantes para o desenvolvimento rural com 3.900 milhões de euros e uma contribuição adicional do NGEU com 359 milhões de euros e o Programa de apoio às regiões ultraperiféricas (POSEI) no valor de 714 milhões de euros.

O PE está disponível para alterar o regulamento relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência para permitir a prorrogação da execução dos PRR. Espero a mesma atitude da parte do Conselho.

A Comissão Europeia tem afirmado que, para haver prorrogação do prazo de execução dos PRR, é necessário alterar a decisão de recursos próprios e tal será praticamente impossível, uma vez que requer unanimidade do Conselho e a ratificação dos Estados-Membros. Compreendo a pressão da Comissão para evitar atrasos, mas a sua interpretação é incorreta. **Não há necessidade de alterar a decisão de recursos próprios** que impede a Comissão de se endividar depois de 2026, mas não impede que os pagamentos possam ocorrer depois de 2026[29]. Aliás, numa "discussão" com a Comissão Europeia referi que "seria absurdo a Comissão poder endividar-se no dia 31 de dezembro de 2026 e não poder pagar no dia 1 de janeiro de 2027". Assim, basta alterar os regulamentos acima referidos, num cenário em que a maioria qualificada no Conselho é suficiente.

Nota Conclusiva

Não se pode traçar o caminho quando não se sabe o destino. Qual é o desígnio para a UE e cada Estado-Membro? Quais são as metas que queremos atingir em cada Estado-Membro, por cada região, em termos de competitividade, produtividade, aumento das exportações, educação, combate à pobreza e investigação?

Na maioria dos Estados-Membros, não sabemos a resposta. A Comissão Europeia deveria ter obrigado à articulação e complementaridade entre os PRR e os acor-

[29] **DECISÃO (UE, Euratom) 2020/2053 DO CONSELHO de 14 de dezembro de 2020 relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia e que revoga a Decisão 2014/335/UE, Euratom. Art. 5.º** "A Comissão gere as operações de contração de empréstimos a que se refere o primeiro parágrafo, alínea a), de modo a não haver endividamento líquido novo após 2026."

dos de parceria[30]. Infelizmente, também em Portugal não houve articulação entre o PRR e o PT2030. Os bens públicos europeus, os projetos comuns que reforçariam a autonomia estratégica de União foram "esquecidos".

Os fundos deveriam ser mais valias, que se adicionem e nunca substituam o Orçamento do Estado. Muitos governantes - demasiados - têm como única preocupação gastar, sem critério ou visão, nos projetos que a circunstância favorece. Adoram o PRR: a gestão é centralizada e não requer nenhum esforço nacional já que a sua taxa de cofinanciamento é de 100%, e as metas e os marcos impostos pelas regras europeias revelam-se uma *brincadeira* para se cumprirem. Esquecem-se que os PRR são dívida que vai ser paga até 2058 e que deveria ser um sucesso para não penalizar os contribuintes europeus.

Portugal não foge a esta regra. Portugal nunca teve na sua história tantos milhares de milhões à sua disposição. Os mais de 55 mil milhões de euros que Portugal tem disponíveis e assegurados, para o período 2021/2027, são uma **tempestade de milhões que representam uma oportunidade que não deveria ser perdida.**

O tempo histórico que vivemos exige compromisso, diálogo e responsabilidade, mas precisa sobretudo que cada Estado-Membro atue com coragem, ambição e visão de futuro. Tenho insistido que precisamos de líderes e constatado que apenas temos governantes.

Clima e Sustenta

uma visão da Europa

bilidade:
prospetiva

LÍDIA
PEREIRA

Deputada ao Parlamento Europeu
Presidente do YEPP

Introdução

As alterações climáticas são um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade no século XXI. O aquecimento global está a causar um aumento das temperaturas médias em todo o mundo, afetando negativamente a biodiversidade, a saúde pública, a segurança alimentar e a disponibilidade de água potável. **A Europa é uma das regiões mais afetadas** pelos efeitos da mudança climática, com um aumento das ondas de calor, secas, inundações e outros eventos climáticos extremos.

Como resposta a esse desafio, a União Europeia (UE) tem sido líder na luta contra as mudanças climáticas. A UE estabeleceu como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Este objetivo é ambicioso, mas necessário para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C, como recomendado pelo Acordo de Paris.

Uma das medidas mais importantes adotadas pela UE é a **Lei Europeia do Clima**, que estabelece o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050 e define as ações necessárias para atingir esse objetivo. A lei exige que todos os setores da economia europeia reduzam suas emissões de gases de efeito estufa e se adaptem aos impactos das alterações climáticas. Além disso, a lei estabelece metas intermédias para 2030, 2040 e 2050, a fim de garantir que a Europa está no caminho certo para alcançar a neutralidade climática.

A iniciativa privada e as empresas têm um papel importante na transição climática, sendo que muitas empresas europeias já estão a adotar práticas mais sustentáveis, investindo em energias renováveis e reduzindo as suas emissões de gases de efeito estufa. Estas empresas estão a ver a transição climática como uma oportunidade para inovar e desenvolver novos negócios sustentáveis. Estas empresas também podem desempenhar um papel fundamental no financiamento da transição climática, investindo em projetos e tecnologias mais limpas e sustentáveis.

As Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) são momentos fundamentais para a transição climática. As COPs são reuniões anuais em que representantes de governos de todo o mundo e diversos stakeholders se reúnem para discutir as metas e as ações necessárias para reduzir as emissões.

A COP28, que será realizada no Dubai no final de 2023, será uma das mais importantes até hoje, com a expectativa de que os governos se comprometam com medidas ambiciosas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e enfrentar os impactos da mudança climática, apesar das tensões geopolíticas existentes.

O pacote **Fitfor55** é um pacote legislativo para a UE alcançar as suas metas climáticas. O pacote inclui uma série de medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em todos os setores da economia, incluindo transporte, energia e agricultura, prevendo também uma reforma do sistema de comércio de emissões da UE e a introdução de um imposto sobre o carbono na fronteira (CBAM). Estas medidas são essenciais para garantir que a UE alcança a sua meta de redução de emissões de pelo menos 55% até 2030 e alcance a neutralidade climática até 2050.

A UE tem sido um ator-chave nas negociações internacionais sobre as alterações climáticas e tem pressionado outros países a tomarem medidas ambiciosas para enfrentar o problema. A liderança da UE no combate à mudança climática é importante não apenas para a Europa, mas também para o resto do mundo, sendo as alterações climáticas um problema global que exige uma resposta também global.

No entanto, **a transição climática também apresenta desafios societais significativos para o futuro**. Os fenómenos climáticos extremos, como ondas de calor, secas e inundações, estão a tornar-se mais frequentes e intensos em toda a Europa, causando danos materiais e humanos significativos. Além disso, a desertificação é um problema crescente em algumas partes da Europa, afetando a qualidade do solo e a disponibilidade de água potável. Esses desafios exigem ação imediata e colaboração entre governos, empresas e sociedade civil.

Por fim, o papel da política e dos líderes políticos é fundamental para a transição climática. Os governos têm um papel importante na criação de políticas e regula-

mentações que incentivem a transição para uma economia mais sustentável e de baixo carbono. Os líderes políticos também têm o poder de mobilizar a sociedade civil e a iniciativa privada para agir em favor da transição climática. A transição climática é um desafio complexo que exige uma abordagem multidisciplinar e a colaboração de todos os setores da sociedade.

Neste texto, irei explorar mais detalhadamente como **a Europa está a liderar a transição climática**, os desafios societais que essa transição apresenta e como a política e a iniciativa privada podem colaborar para enfrentarmos esses desafios e garantir um futuro mais sustentável para todos.

A Europa lidera a transição climática

A Europa tem sido um dos principais intervenientes globais na luta contra as alterações climáticas e na promoção de soluções sustentáveis. A **Lei Europeia do Clima**, que entrou em vigor em 2021, estabeleceu metas ambiciosas para alcançar a neutralidade climática até 2050, com metas intermediárias para 2030. A UE pretende reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Para alcançar estas metas, a UE tem implementado uma série de políticas e medidas abrangentes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em todos os setores da economia. A UE tem estado a investir em tecnologias limpas e renováveis, como energia eólica e solar, bem como em eficiência energética e transporte limpo.

A energia é um dos setores mais críticos na transição para uma economia sustentável e de baixo carbono. Para atingir as metas climáticas, a UE estabeleceu uma série de objetivos para aumentar a quota de energia renovável na UE até 2030, como a meta de 40% de energia renovável na produção de eletricidade. A UE está a incentivar a produção de energia a partir de fontes renováveis, como a energia eólica, solar e hidroelétrica, e está a investir em tecnologias de armazenamento de energia para superar os desafios de intermitência dessas fontes.

A UE também está a trabalhar na **promoção da eficiência energética** em todos os setores da economia. Através de iniciativas como o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), a UE está a apoiar projetos de eficiência energética em edifícios, transportes e indústria, bem como a promover a rotulagem energética de produtos.

O **setor dos transportes é um dos principais emissores de gases de efeito estufa** na UE e é, por isso, um foco importante na transição para uma economia sustentável. A UE está a incentivar a transição para transportes limpos e a promover a mobilidade sustentável, através do desenvolvimento de veículos elétricos e híbridos, bem como de uma rede de infraestruturas de carregamento. A UE está também a incentivar a utilização de transportes públicos e de bicicletas, bem como a promover a mudança para modos de transporte mais sustentáveis, como o transporte ferroviário.

Além das políticas governamentais, a iniciativa privada tem um papel fundamental na transição climática. Muitas empresas europeias estão a adotar práticas comerciais mais sustentáveis, investindo em tecnologias limpas e reduzindo as suas emissões de gases de efeito estufa. A UE está a incentivar políticas e regulamentação que tornam mais atraente para as empresas adotarem práti-

A UE tem sido um ator-chave nas negociações internacionais sobre as alterações climáticas e tem pressionado outros países a tomarem medidas ambiciosas para enfrentar o problema. A liderança da UE no combate à mudança climática é importante não apenas para a Europa, mas também para o resto do mundo, sendo as alterações climáticas um problema global que exige uma resposta também global.

Lídia Pereira

cas sustentáveis, como a promoção de padrões de sustentabilidade para produtos e serviços, ou a criação de incentivos financeiros para as empresas que adotarem essas práticas.

Desafios Políticos para o Futuro

Os desafios políticos em relação ao clima e à sustentabilidade na Europa nos próximos anos são muitos e variados, exigindo ações ousadas e coordenadas em múltiplos níveis. A UE tem um papel fundamental a desempenhar no estabelecimento de metas ambiciosas, na implementação de políticas abrangentes e na promoção de uma transição justa e inclusiva para uma economia de baixo carbono e circular. Aqui estão alguns dos principais desafios que a UE enfrenta no campo da sustentabilidade:

Neutralidade climática até 2050:

A UE estabeleceu o objetivo de atingir a neutralidade climática até 2050, o que significa que a emissão líquida de gases de efeito estufa deve ser zero até essa data. Isso exigirá uma transformação completa do sistema energético europeu, com uma transição para fontes de energia limpa e renovável, como a energia eólica e solar, e a eliminação gradual de combustíveis fósseis.

Redução de emissões:

Para alcançar a neutralidade climática, a UE estabeleceu metas intermédias para reduzir as emissões em 55% até 2030, em relação aos níveis de 1990. Como já referido, para atingir essas metas, será necessário reduzir as emissões em todos os setores da economia, incluindo transporte, agricultura e indústria.

Investimentos em tecnologia verde:

A transição para uma economia de baixo carbono exigirá investimentos maciços em tecnologia verde e infraestrutura. A UE deve apoiar o desenvolvimento e a implementação de tecnologias como hidrogénio verde, captura e armazenamento de carbono e sistemas de armazenamento de energia, além de aumentar o investimento em transporte público, ciclovias e redes inteligentes de energia.

Adaptação às alterações climáticas:

Mesmo que sejam tomadas medidas imediatas para reduzir as emissões, as mudanças climáticas já estão a acontecer e com impactos significativos em todo o continente. A UE deve adotar uma abordagem proactiva para ajudar as comunidades a adaptarem-se a essas mudanças, incluindo o desenvolvimento de infraestrutura de proteção contra inundações, o planeamento urbano sensível ao clima e o desenvolvimento de sistemas agrícolas mais resilientes.

Economia circular:
Além das alterações climáticas, a UE enfrenta desafios relacionados com a sustentabilidade dos seus sistemas de produção e consumo. A UE deve promover uma economia circular, que busca reduzir o desperdício e o uso de recursos, aumentar a eficiência de materiais e energia e estabelecer cadeias de abastecimento mais sustentáveis.

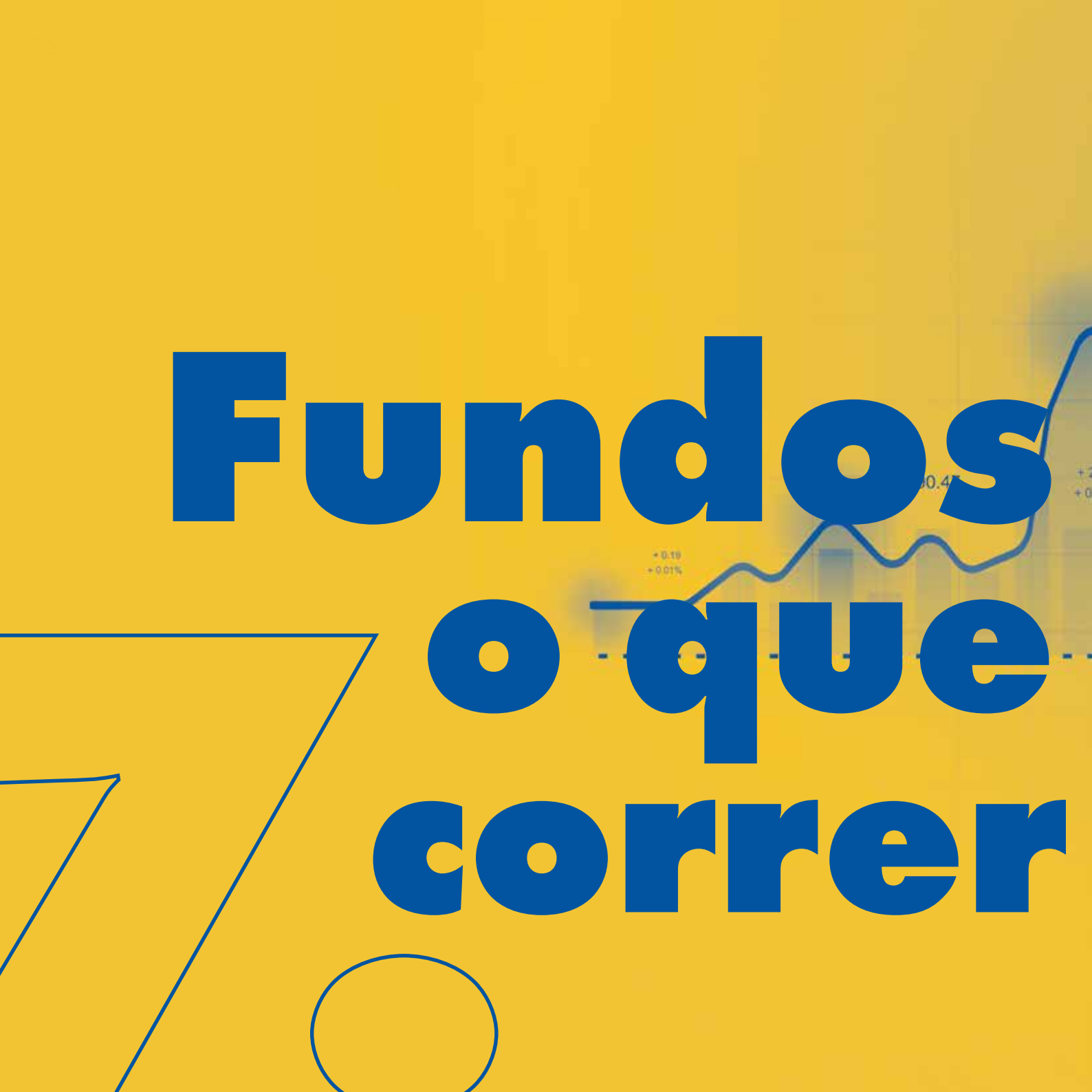
Justiça social:
A transição para uma economia de baixo carbono e circular pode ter impactos significativos em empregos e setores industriais. A UE deve garantir que a transição seja justa e inclusiva, fornecendo apoio financeiro e requalificação para os trabalhadores afetados e promovendo o desenvolvimento de novas indústrias sustentáveis e empregos verdes.

Cooperação internacional:
A luta contra as alterações climáticas e a promoção da sustentabilidade são desafios globais que exigem ação coordenada em escala internacional. A UE deve desempenhar um papel de liderança na promoção da cooperação internacional, trabalhando em estreita colaboração com outros atores globais, como os Estados Unidos e a China, para alcançar metas ambiciosas de redução de emissões e promover o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a UE deve promover a cooperação internacional na transferência de tecnologia e conhecimento, especialmente para países em desenvolvimento que têm menos capacidade de lidar com os impactos das mudanças climáticas. A UE deve aumentar o financiamento para projetos de adaptação e mitigação em países em desenvolvimento, a fim de ajudá-los a construir economias mais sustentáveis e resilientes.

Em resumo, os desafios políticos em relação ao clima e à sustentabilidade na Europa são complexos e exigem ações ousadas e coordenadas em múltiplos níveis. A UE deve liderar a luta contra as mudanças climáticas e promover a transição para uma economia de baixo carbono e circular de maneira justa e inclusiva. A cooperação internacional também é essencial para alcançar metas globais de redução de emissões e promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Fundos o que correr



e PRR: está a bem?

MARGARIDA **MARQUES**

Deputada ao Parlamento Europeu pelo PS
Vice-Presidente da Comissão dos Orçamentos
Ex-Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

O Orçamento Plurianual da União Europeia

A coesão económica e social são princípios básicos, fundadores da União Europeia. Ao mesmo tempo, a interdependência entre as economias europeias é imensa. O funcionamento do Mercado Interno, que este ano completa 30 anos, acentuou naturalmente essa interdependência. Um Mercado Interno feito do direito à mobilidade de pessoas, bens, serviços e capitais, mas assente na diversidade. A forma como as 28, depois 27, economias europeias reagiram às sucessivas crises não é senão um espelho dessa diversidade. Nos países com economias mais frágeis o impacto das sucessivas crises foi, previsivelmente, mais acentuado. Os cidadãos residentes nestes países sofreram de forma mais acentuada o efeito das crises tendo isto sido mais evidente na crise financeira de 2008/2010.

É neste contexto que agem os fundos europeus; é para que existem. O Orçamento da UE é o instrumento de organização, do financiamento das políticas de convergência e coesão social e geográfica, das políticas e programas europeus - educação, investigação, saúde, cultura, direitos e valores... - mas também da ação externa da União Europeia - politica de vizinhança, de alargamento, de ajuda humanitária ou de desenvolvimento...

O Orçamento Plurianual da UE, conhecido por Quadro Financeiro Plurianual (QFP) está, desde 2000, estruturado em períodos orçamentais de 7 anos. Continua a discutir-se se se devem manter os sete anos como duração do período orçamental ou se deve passar-se para cinco anos, a duração de uma legislatura do Parlamento Europeu e consequentemente de um ciclo das instituições europeias.

Este orçamento mobiliza um montante de 1085,3 mil milhões de euros para o período 2021/2027, o que representa 1,1%. do Rendimento Nacional Bruto dos Estados-membros da UE. A Comissão Europeia, ou seja, a instituição executiva da União Europeia, é responsável pela sua execução. **Uma parte do orçamento é gerido de forma partilhada pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros** - os chamados envelopes nacionais que têm como finalidade financiar as politicas de coesão e de convergência levadas a cabo pelos 27 países. A parte restante destina-se às politicas, iniciativas e programas europeus, incluindo o funcionamento das próprias instituições europeias.

Enquanto co-relatores do QFP 2021-2027, eu e o meu colega Jan Olbrycht (deputado europeu polaco, da família do Partido Popular Europeu), **batemo-nos por um aumento do Orçamento Plurianual da UE**. Conseguimos aumentar o orçamento em 16 mil milhões de euros, dos quais 11 mil milhões representam dinheiro novo, proveniente das multas atribuídas às empresas e/ou aos Estados-membros na sequência de processos violação das regras da concorrência. Com este aumento de orçamento reforçámos alguns programas europeus. O exemplo mais importante foi o Programa Saúde, EU4HEALTH que viu o seu orçamento triplicado. Efetivamente, e após as duras experiências vividas durante a pandemia, impunha-se aumentar o investimento em investigação na área da saúde de forma a beneficiar os cidadãos quer na prevenção quer na reação a putativas futuras crises pandémicas, criando igualmente condições para que nestas circunstâncias possa haver um acesso mais rápido e eficiente a medicamentos. Mas também não esquecemos setores que ficaram completamente paralisados durante a crise sanitária como o setor da cultura, ou outros que foram profundamente abalados em alguns países como os direitos e valores europeus. Por esta razão, foram aumentados os envelopes financeiros dos respetivos programas europeus.

Por tudo isto, **Portugal dispõe no seu envelope financeiro 2021/2027 de 23 mil milhões de euros** para financiar projetos e políticas que valorizem as pessoas, as organizações, as empresas ou os territórios, promovendo competências, inovação e investimento.

Este é o ciclo orçamental clássico desde 2000. O Governo está agora a fechar o QFP 2014/2020 e a lançar o QFP 2021/2027. Sendo Portugal dado como um bom exemplo, ao nível europeu, da gestão dos fundos europeus, estamos certos de que o que o Governo não irá desperdiçar nenhuma destas oportunidades.

Percebemos, no entanto, que, com o impacto da crise COVID, o Orçamento Plurianual da UE não seria o adequado. Poderia ser adequado para o funcionamento normal da União Europeia - reduzindo a ambição politica - mas não o seria para situações de crise, designadamente com a crise COVID. A mesma limitação veio a acentuar-se com as implicações da invasão da Ucrânia pela Rússia e com o impacto económico e social da guerra da Ucrânia e das sanções à Rússia na UE. E também já se tinha percebido que a resposta europeia, ou a ausência dela, na resposta à crise financeira de 2008/2010 não funcionaria com a crise COVID, como nessa altura não funcionou. Os cidadãos pagaram caro a receita europeia, com políticas de austeridade, de perda de emprego, de salários e de direitos sociais ao mesmo tempo que assistíamos a uma maior fragmentação entre os Estados-membros da UE. É por isso que no relatório que aprovámos recentemente no Parlamento Europeu pedimos à Comissão Europeia que, no quadro da revisão do QFP 2021/2027, **apresente uma proposta de criação de um instrumento permanente de resposta a crises**.

O Next Generation EU tem que correr bem

Com a crise pandémica, as sociedades pararam. As economias e as empresas ficaram reduzidas a um funcionamento mínimo; apenas para fornecerem produtos e serviços essenciais aos cidadãos. As instituições europeias criaram programas imediatos de apoio aos Estados-membros que, por sua vez, lançaram políticas e iniciativas urgentes de apoio aos cidadãos, às famílias, às empresas e ao emprego. O objetivo era colocar capacidade financeira e orçamental (conjuntamente com a suspensão da chamada cláusula de escape do Pacto de Estabilidade e Crescimento) à disposição dos Estados-membros. Destacamos, de imediato, a iniciativa do BCE e a criação da iniciativa SURE *(European Instrument for Temporary Support to Mitigate Unemployment Risks in an Emergency)*. O SURE é criado em novembro de 2021; tem uma dimensão de 90 mil milhões de euros; 19 Estados-membros recorrem a este mecanismo. Em Portugal, como em outros países, serviu para financiar o programa lay-off, lançado pelo Governo para proteger empregos.

Mas percebeu-se que não era suficiente. Dado o impacto brutal da crise sanitária em todas as economias europeias, era urgente construir uma resposta europeia. **Uma resposta diferente da que a UE tinha conseguido dar à crise financeira**. O Parlamento Europeu e o Eurogrupo, presidido por Mário Centeno pedem à Comissão Europeia, a 9 de abril de 2020, que apresente uma proposta de criação de um fundo, o Next Genera-

tion EU. Pela primeira vez, a UE iria emitir dívida com esta dimensão, 750 mil milhões de euros. Fundo ancorado no Orçamento Plurianual da UE que, para tal, introduziu uma linha dívida para pagar os respetivos juros.

Ultrapassaram-se linhas vermelhas; antes os líderes europeus nunca tinham aceitado seguir esta via. A proposta de criação de eurobonds, apresentada antes por alguns, entre os quais me incluo, era considerada utópica. A Chanceler Merkel tinha mesmo afirmado em 26 de junho de 2012, «O veemente não aos eurobonds - enquanto eu for viva»*.

A Comissão Europeia apresenta a proposta em maio de 2020. O Conselho Europeu constrói um consenso para a criação do NGEU na sua mais longa reunião de sempre, em julho de 2020. Em dezembro é formalmente aprovado com o respetivo Regulamento. **A Comissão Europeia emite dívida pela primeira vez em junho de 2021**. Sim, esta decisão do Conselho careceu de ratificação pelos 27 Estados-membros, processo que levou quatro meses, tendo sido concluída em 31 de maio de 2021. É este o processo legislativo europeu nestas matérias, no respeito pelo processo de decisão democrática estabelecido pelos Tratados da UE que tem em conta as competências dos Parlamentos Nacionais de acordo com as respetivas Constituições.

Em suma, a Comissão Europeia emite dívida em nome dos Estados-membros, constitui o Fundo assegurando triple A em nome de todos os 27. Isto não aconteceria com todos os Estados-membros se cada um fosse aos mercados de per si, como aconteceu com a crise financeira. Nesta, ao mesmo tempo que países como Portugal estavam a pagar taxas de juro já perto dos 7%, outros ficavam abaixo de 1%. Foi uma situação geradora de disparidade e não de convergência como estipulam os princípios e objetivos da UE. O Fundo é distribuído pelos Estados-membros (723,8 mil milhões: 385.8 empréstimos; 338 subvenções) de acordo com uma grelha de distribuição assente no impacto da pandemia e com condicionalidade política. Os Estados-membros preparam os seus Programas de Recuperação e Resiliência (PRR) seguindo as chamadas Recomendações por país definidas no âmbito do Semestre Europeu e conjugando as prioridades europeias e nacionais. Com a obrigatoriedade de atribuir, pelo menos, 37% do financiamento aos objetivos para a transição climática e 20% para a transição digital.

Os planos nacionais devem seguir seis pilares: transformação digital; coesão económica, produtividade e competitividade; coesão social e territorial; saúde e resiliência económica, social e institucional e políticas para

* https://www.tagesspiegel.de/politik/merkel-keine-eurobonds-solange-ich-lebe-6686491.html, *Kanzlerin knallhart: Merkel: Keine Eurobonds, "solange ich lebe" de de 26 de junho de 2012, citada em "Retrato de uma época", Ursula Weidenfeld, p.286. Casa das Letras, Março de 2022].*

Portugal dispõe no seu envelope financeiro 2021/2027 de 23 mil milhões de euros para financiar projetos e políticas que valorizem as pessoas, as organizações, as empresas ou os territórios, promovendo competências, inovação e investimento.

Margarida Marques

a próxima geração. O objetivo é "*atenuar o impacto económico e social da pandemia causada pelo coronavírus e tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, resilientes e mais bem preparadas para enfrentarem os desafios e aproveitarem as oportunidades resultantes das transições ecológica e digital*".

Objetivos ambiciosos, como ambiciosos são os prazos para a sua execução. O Governo e a administração pública, as autarquias, as empresas e associações patronais e setoriais, os parceiros sociais, as escolas a todos os níveis de ensino, os centros de investigação, enfim todos os beneficiários, não se podem distrair. Já com os planos nacionais em vias de aprovação pela Comissão Europeia, somos confrontados com **novos desafios: a guerra na Ucrânia, o impacto das sanções à Rússia e o aumento da inflação e das taxas de juro**. Com alguns países a fazer face a um enorme crescimento dos preços da energia, dada a sua grande dependência de fornecimento pela Rússia. E isso criou e cria dificuldades acrescidas. No financiamento dos projetos, na execução e no tempo de execução. O Parlamento Europeu, designadamente no Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, do qual faço parte, tem vindo a alertar para esta realidade e a chamar a atenção para a necessidade eventual de adiarmos a data limite de 31 de janeiro de 2026 para a execução.

O NGEU é um mecanismo inovador. Como disse, nunca antes tinha havido vontade política para decisão semelhante. Teria sido útil algo semelhante na crise financeira; os cidadãos não teriam pago tão cara essa crise, em rendimentos e em direitos... E temos de aprender as lições: o que funcionou bem, o que tem de ser corrigido. Contrariamente a outras que por vezes desperdiçamos, esta inovação não pode ser posta de parte. Temos prioridades políticas ambiciosas, os Estados-membros podem fazer as suas reformas e investimentos e têm financiamento europeu para isso. E há uma diferença significativa no que diz respeito ao controle de execução do QFP e do PRR por parte das instituições europeias. Em suma, no QFP o controle é sobretudo de natureza financeira; no PRR assenta na verificação da realização dos objetivos políticos.

O NGEU tem de ser um sucesso. Não só na sua execução, mas também no seu reembolso. Para isso a Comissão Europeia está a apresentar as propostas necessárias para a criação de novos recursos próprios para o orçamento da UE, para, no mínimo, assegurar o reembolso deste fundo. Recursos próprios como o imposto sobre os plásticos, o ETS e o CBAM já aprovados, mas também a taxa sobre as grandes empresas do digital (ou algo equivalente no quadro da taxa global aprovada pela OCDE) ou a taxa sobre as transações financeiras. Qualquer um destes novos recursos próprios está integrado no acordo interinstitucional (Parlamento, Conselho, Comis-

são) que estabelecemos no momento da negociação do QFP 2021/2027 e que tem força de lei. Aguardamos que a Comissão os proponha (setembro próximo) e que o Conselho os aprove.

Quando o NGEU foi criado, sabíamos que seria um instrumento para utilizar uma única vez, com objetivos concretos e para um período de tempo bem definido. Tem de ser um sucesso porque será este mecanismo, este conceito (ou o SURE) que terá de servir de modelo/inspiração para a criação de um mecanismo que constitua uma capacidade orçamental permanente para a União Europeia. **Um instrumento fundamental no quadro da governação económica da UE**.

30 ano
de M
Inte

s
ercado
rnō

PAULO DE
ALMEIDA SANDE

Advogado, Professor Universitário
Membro da Direcção da Nossa Europa

Os anos 90 assistiram àquela que foi, sem dúvida alguma, a mais transformadora de todas as revisões do direito primário da União Europeia ("UE") – as normas contidas nos Tratados fundadores. Refiro-me ao designado Tratado de Maastricht ou, mais corretamente, Tratado da União Europeia ("TUE"). Assente numa dupla perspetiva de integração económica e monetária e integração política, dele resultou o euro, a cidadania europeia e novas políticas comuns em matéria de segurança e defesa, justiça e assuntos internos.

A entrada em vigor desse Tratado, contudo, quase coincidiu com a concretização de uma reforma encetada na revisão anterior, conhecida como Ato Único Europeu ("AUE"), que entrou em vigor em 1987: o mercado interno.

Mas recuemos um pouco no tempo. Nos anos 50 do século XX, seis países europeus, recém-saídos da mais devastadora de todas as guerras, decidiram constituir entre si três diferentes Comunidades, em torno de objetivos bem definidos e de uma visão comum – tornar muito difíceis, senão impossíveis, novas guerras entre si.

Surgiu primeiro a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, seguindo-se, em 1957, na sequência dos chamados Tratados de Roma, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Comunidade Económica Europeia. Esta – conhecida como "CEE" e indiscutivelmente a mais importante das três -, assentava na liberdade de circulação dos principais fatores da economia e na criação de uma pauta aduaneira comum entre os seis países fundadores (isto é, constituía uma união aduaneira):

Liberdade de circulação de mercadorias, de trabalhadores, de prestação de serviços e de estabelecimento, e ainda de capitais, conhecidas como as quatro liberdades, estavam na base do chamado mercado comum. Além dele, algumas outras políticas comuns integravam o núcleo inicial e fundador das normas europeias, sendo talvez a mais relevante a Política Agrícola Comum.

A remoção de barreiras e fatores de discriminação que, na prática, resultam em obstáculos à livre circulação de bens, fatores de produção ou das pessoas enquanto trabalhadores, consiste naquilo a que, em 1954, o economista e prémio Nobel holandês Jan Tinbergen, chamou "integração negativa", por oposição à positiva, que tem a ver com a alteração ou criação de políticas específicas para concretizar os objetivos a que a UE se propõe.

O mercado comum, principal objetivo estabelecido pelo Tratado de Roma, previu pois a remoção das barreiras à livre circulação de produtos e outros fatores da economia, como vimos, em particular a abolição das taxas aduaneiras e das medidas de efeito quantitativo, a decorrer num período de treze anos entre 1957 e 1970, prazo esse encurtado, tendo o mercado comum entrado em vigor em 1 de Julho de 1968. O seu conteúdo era mais ou menos limitado consoante os fatores em causa: lato no que respeita à livre circulação de bens e mercadorias, mais restritivo em relação à livre circulação de capitais, de trabalhadores e de prestação de serviços.

Em 1982, o Tribunal de Justiça da União Europeia[1] determinou que o mercado comum pretendia eliminar as barreiras ao comércio intracomunitário com vista a unir os mercados nacionais num mercado único, criando condições tão próximas quanto possível a um mercado interno genuíno. Na verdade, **a distinção entre mercado comum, mercado único ou mercado interno, não é apenas de semântica**. Sendo comum, o mercado estava longe de ser um verdadeiro mercado interno partilhado pelos diferentes membros da Comunidade. E se as barreiras formais caíram, logo proliferaram obstáculos de efeito equivalente a restrições quantitativas e até a barreiras e taxas alfandegárias, criados sob forma de controlos alfandegários, bem como formalismos e formulários infindáveis impostos pelas administrações nacionais dos seis Estados-membros iniciais, e mais tarde pelos novos aderentes.

Se a justificação oficial para essas limitações era a defesa da segurança, dos consumidores, do interesse nacional, a verdadeira razão parecia ser de natureza protecionista, relacionada com o interesse nacional de cada país. Efeitos restritivos importantes complicavam o comércio interno por vezes de forma mais gravosa do que a simples existência de tarifas ou restrições formais. A eliminação dessas barreiras não tarifárias tornou-se cada vez mais difícil, apesar do trabalho constante do Tribunal de Justiça.

[1] No acórdão de 5/05/82 "Gaston Schul", processo 15/81.

O AUE representou a concretização da vontade de superar esses obstáculos e criar um verdadeiro mercado único europeu, através da remoção de parte substancial dos obstáculos artificialmente criados e da aceleração da remoção das barreiras à livre circulação: lançado em 1987 e num prazo de seis anos, terminaram as filas de camiões nas fronteiras, liberalizaram-se os serviços financeiros em toda a UE, abriu-se o mercado a novos serviços como os postais. O mercado interno criado nessa ocasião e com essa designação, "*compreende um espaço sem fronteiras internas no qual a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais é assegurada (...)* ", refere o artigo 26º nº2 do atual Tratado sobre o Funcionamento da UE ("TFUE").

No dia 1 de janeiro de 1993, há 30 anos, foi, pois, criado o mercado único, ou mercado interno europeu. Nele participam os 27 Estados-membros da EU e ainda três países do Espaço Economico Europeu, a Islândia, Liechtenstein e Noruega (a Suíça, através de múltiplos acordos, tem acesso apenas parcial).

PARABÉNS A VOCÊ?

Aos 30 anos, é tempo de festejar a passagem de um tempo de promessas e juventude para uma idade mais madura – em que os frutos dos investimentos e escolhas passadas começam a ser visíveis e a ser colhidos.

O mercado interno faz 30 anos em 2023.

Para saber se esta é ou não uma história de sucesso, e sem ignorar que só o futuro dirá da sua evolução, aperfeiçoamento ou retrocesso, é essencial analisar com objetividade estes 30 anos.

Mas antes de encetar essa análise, julgamos ser interessante recordar um estudo feito em 1988, na altura com muito impacto, da responsabilidade de um funcionário europeu de seu nome Paolo Cecchini, que o então presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, encarregou de estudar os custos da inexistência de um verdadeiro mercado interno europeu. Um estudo conhecido como relatório Cecchini ou, mais sugestivamente, "***Custos da Não Europa***".

Tratou-se de um trabalho que, numa perspetiva de teoria da integração, procurava calcular as vantagens de uma integração mais aprofundada. Esse esforço de quantificação, feito no momento que se seguiu à decisão de completar o mercado interno, padecia de algumas indefinições e lacunas, referidas por alguns autores[2], mas tinha um mérito:

[2] Como, ainda em 1989, explicava um documento de um funcionário europeu, que também foi Director Geral da Concorrência da Comissão europeia, Alexander Italianer, designado "Implicações económicas da integração do mercado interno da Comunidade Europeia: uma revisão".

O de tornar quantificável e mensurável o chamado objetivo 1992 (criação do mercado interno), dando-lhe um sentido e criando uma real expetativa. Os resultados dos cálculos da equipa de Cecchini apontaram para um **aumento do PIB europeu de 4,5% no médio prazo, que poderia até ser de 7% no caso de um esforço orçamental acrescido** – através do aproveitamento das folgas do orçamento europeu; um decréscimo de 6% dos preços e um aumento de 1,5% do emprego, podendo chegar a mais cinco milhões de postos de trabalho em poucos anos.

A verdade é que, ao harmonizar ou estabelecer o reconhecimento mútuo das normas que se aplicam ao comércio interno na UE – que é como quem diz a 27 países europeus -, as empresas têm acesso a um dos maiores (e ainda mais ricos) mercados do Mundo. Se olharmos para os números atuais – considerando que a União dos 12 de 1992 cresceu até aos atuais 27 membros (tendo perdido um pelo caminho, como é sabido) -, estamos a falar de[3]:

446,8 milhões de pessoas.
23 milhões de empresas.
Um PIB de 14.522 mil milhões de €.

Ora, com cerca de 6% da população mundial (e num trajecto descendente), a UE continua a ter um PIB de 18% do total, equivalente ao da China e inferior ao dos EUA (que é de 24%). Isto é, **detêm estes três blocos um total de cerca de 60% de toda a riqueza produzida no mundo** – e a Europa, com apenas 6% da população mundial, produz uma riqueza três vezes superior a essa percentagem em termos percentuais.

Considerações éticas e morais à parte (é justo, é sustentável?), trata-se obviamente de uma dimensão ainda muito considerável. Somando esse facto – o nível de vida e o bem estar decorrente – aos níveis relativamente altos de segurança na generalidade dos países europeus (certamente em termos comparativos) e a natureza democrática da quase totalidade dos respetivos regimes (e refiro-me neste caso, mais do que à UE, à Europa no seu todo), torna-se evidente o efeito de atração que o continente exerce sobre refugiados e imigrantes do mundo inteiro.

Num documento de janeiro de 2023[4], ao analisar os progressos decorrentes do mercado interno, a Comissão refere que as trocas comerciais internas à UE (não se deveria falar de exportações, como faz esse documento) quintuplicaram entre 1993 e 2022, passando de 671 mil milhões para mais de 3.400 mil milhões de € (ainda que o número de membros também tenha passado de 12 para 27). E um outro dado significativo é o facto de 17 milhões de europeus viverem ou trabalharem num país europeu distinto do seu, incluindo, anualmente, muitos mi-

[3] Dados do Eurostat relativos a 2021.

[4] Um pequeno panfleto designado "Happy Birthday: The Single Market Turns 30!.

O mercado interno – ou mercado único – faz 30 anos e continua pujante, apesar dos desafios e das ameaças. Ajudou a fazer da UE um poderoso bloco comercial, a garantir segurança e bem-estar, permitindo aos europeus em geral viver e reformar-se em qualquer país europeu da sua escolha. Incentiva os jovens a viajar e estudar noutros países, seja através do Erasmus seja fixando-se nesses países para trabalhar e constituir família. E é um mercado propício às novas tecnologias e às realidades do futuro.

Paulo de Almeida Sande

lhares de jovens estudantes em Erasmus ou em ações de voluntariado.

A Europa tornou-se, graças à integração europeia, uma espécie de "***casa comum***" acessível a todos os europeus, para viverem, estudarem, trabalharem ou se reformarem, em segurança, também devido à existência de outras políticas comuns, na investigação científica, na educação, na liberdade de circulação individual ("Schengen"), na importantíssima cooperação judiciária e policial.

Padrões, normas e valores comuns ou mutuamente reconhecidos; oportunidades de negócio facilitadas para negócios (investimento) e pessoas (prestação de serviços, trabalho); capacidade para reagir em comum – como comunidade ou união de Estados e povos – a crises como a provocada pela pandemia ou pela dependência energética; proteção das cadeias de abastecimento e apoio, através de subsídios (fundos estruturais) ou empréstimos, ordinários ou excecionais (o plano de resiliência), a empresas e instituições em dificuldades – o elenco de vantagens proporcionadas pela existência do mercado interno é considerável. E, em muitos aspetos, indiscutível.

Mas como em todos os empreendimentos humanos sem exceção, a uma elevada e relevante dimensão corresponde uma também elevada (e crescentemente elevada) incompreensão e rejeição. Os riscos associados ao aprofundamento da integração europeia – e não cabe neste texto fazer a prova desse aprofundamento, que é uma realidade indiscutível e prossegue, apesar da simultânea ameaça de desintegração, naquilo que tenho classificado como paradoxo da união – são reais.

O euroceticismo revela-se cada vez mais vocal, e ameaça expandir-se para além do acantonamento tradicional em setores e partidos marginais, radicais e populistas. Fustigados por crises que não conseguem controlar ou impedir, quase sempre de origem externa – seja a crise económica de 2008, o próprio Brexit (supostamente resultante da vontade do povo britânico), a onda imparável dos refugiados, as consequências da pandemia ou da guerra na Ucrânia -, os europeus sentem-se encurralados, ameaçados no seu nível de vida, nos seus valores, nas suas crenças:

O resultado, muitas vezes, é a rejeição da integração europeia e do seu mercado interno, a "joia da coroa" da União Europeia[5], da globalização e da abertura das fronteiras a imigrantes e refugiados; o resultado, à vista de todos, é o crescimento dos populismos, de apelos ao protecionismo e à autarcia económica – como se alguma vez tivessem sido solução para alguma coisa.

[3] Dados do Eurostat relativos a 2021.

[4] Um pequeno panfleto designado "Happy Birthday: The Single Market Turns 30!.

[5] Expressão muito usada, como por exemplo num artigo do jornal Observador de 16 de janeiro de 2023.

O mercado interno – ou mercado único – faz 30 anos e continua pujante, apesar dos desafios e das ameaças. Como acima referido (mas nunca é de mais lembrar) ajudou a fazer da UE um poderoso bloco comercial, a garantir segurança e bem-estar, permitindo aos europeus em geral viver e reformar-se em qualquer país europeu da sua escolha. Incentiva os jovens a viajar e estudar noutros países, seja através do Erasmus seja fixando-se nesses países para trabalhar e constituir família (o continente é também, cada vez mais, um local de nascimento de filhos de distintas nacionalidades). E é um mercado propício às novas tecnologias e às realidades do futuro.

Entretanto, e também em crescente aceleração, o mercado único europeu procura adaptar-se às transições gémeas do digital e do ambiente. Uma Europa unida e integrada acelera os mecanismos de regulação dos mercados e dos serviços digitais, do comércio eletrónico, da utilização e do acesso a dados e metadados, da inteligência artificial.

O mercado único – ou mercado interno – europeu já é uma referência em matéria de normas de consumo, de concorrência, normas sociais, normas ambientais, normas em matéria de direitos humanos. A economia circular e o pacto ecológico são objetivos ínsitos no roteiro europeu com vista à neutralidade climática. Prossegue o esforço para responder à crescente obsolescência dos produtos eletrónicos, fonte de lixo e de agressão ao ambiente.

A União Europeia, tendo o mercado interno por coluna vertebral e referência global, afirmou-se como um poder pela via da persuasão e da difusão dos seus padrões no plano global, aquilo a que se usa chamar de poder suave – ou "*softpower*". Continuar a poder afirmar essa centralidade política, económica e, no final de contas, moral, obriga as instituições europeias e os Estados-membros a continuar a reformar os seus fundamentos, tornando-os compatíveis com o mundo em acelerada mudança em que vivemos.

Isso diz respeito também, ou talvez sobretudo, ao mercado interno.

30 anos é tempo de maturidade, afinal, também para o mercado europeu.

Europa Defe Segu

da
sa e da
rança

RAQUEL
VAZ-PINTO

Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-Nova)
Membro do Conselho Superior da Nossa Europa

Para quem estuda as Relações Internacionais os tempos que vivemos são um desafio quotidiano e, em relação a Bruxelas, mesmo surpreendente. E, por isso, quando o Carlos Coelho me desafiou a escrever sobre a disposição da UE para ser uma «***protagonista global***», nem hesitei. Na verdade, a análise coincide com uma reflexão pessoal de quem começou a olhar para a UE de forma mais «distante» e que se foi aproximando ao longo dos tempos.

Tem a UE vocação para ser uma «protagonista global»? Lembro-me bem do cepticismo (para ser elegante) face à vontade de Úrsula von der Leyen de ter uma «*Comissão geopolítica*». Uma pandemia depois e uma Guerra na Europa em curso vieram dar uma nova vida às palavras e à vontade da Presidente da Comissão Europeia. Bem, então, como pode a UE ser uma protagonista global? A resposta a esta pergunta geralmente inclui (e bem) os aliados tradicionais EUA e a parceria transatlântica seja na vertente económica, seja na vertente militar NATO. Também, geralmente, incluímos nesta equação outros parceiros cujas economias e regimes políticos são convergentes connosco como é o caso do Japão.

No entanto, se tivesse de escolher uma relação cujo presente e futuro funciona como um barómetro às ambições de maior protagonismo internacional da UE, então a escolha só pode ser uma: a **China**. Da mesma forma que se tivesse de escolher um tema nos mesmos moldes a opção é, para mim, óbvia: **matérias-primas críticas**. Em relação a esta última vale a pena olhar para o documento lançado em meados de Março pela Comissão:

«As matérias-primas críticas são indispensáveis para um vasto conjunto de setores estratégicos, incluindo a indústria de impacto zero, a indústria digital, a indústria aeroespacial e os setores da defesa.

Embora se preveja um aumento drástico da procura de matérias-primas críticas, a Europa depende fortemente das importações, muitas vezes provenientes de fornecedores quase monopolistas de países terceiros. A UE tem de atenuar os riscos para as cadeias de abastecimento relacionados com essas dependências estratégicas, a fim de reforçar a sua resiliência económica, como ficou patente pela escassez de certos produtos depois do surto de COVID-19 e pela crise energética na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. Estes riscos ameaçam os esforços da UE para cumprir os seus objetivos climáticos e digitais.»[1]

Não quero com estas opções – relação com a China e matérias-primas críticas - fazer de conta que os aliados tradicionais não têm desafios internos e externos. Basta só pensarmos nas eleições presidenciais de 2024 nos EUA. **De igual modo, a UE tem fragilidades internas que são preocupantes**. À cabeça, os iliberalismos que o líder da Hungria, Viktor Orbán, tão bem preconiza. Esta questão é (ainda mais) fundamental se a UE quiser ter protagonismo na vertente externa como podemos atestar pela Guerra russa na Ucrânia. Pela Europa fora **encontramos muitos partidos e movimentos cujo objectivo é tudo menos democrático liberal**. Estas são duas preocupações face ao mundo em que vivemos que são cruciais para a consolidação da UE interna e externamente, às quais temos de acrescentar a óbvia Guerra russa na Ucrânia. Se o caminho iliberal de Budapeste continuar então a UE terá de tomar uma decisão bem difícil face à Hungria.

Um dos grandes méritos da Comissão Europeia liderada por Úrsula von der Leyen é a sua capacidade de fazer uma fotografia muito esclarecida do mundo. Neste sentido, merece destaque a sua intervenção recente, em Bruxelas, a 30 de Março, numa iniciativa conjunta do *Mercator Institute for China Studies e o European Policy Centre*. Desde logo, temos de realçar um dado importante, ou seja, o facto de este discurso ter sido proferido antes da visita à China a convite do Presidente francês. Vamos então à fotografia:

«E podemos esperar um caminho claro no sentido de tornar a China menos dependente do mundo e o mundo mais dependente da China. Ou como o Presidente Xi o disse de forma franca há uns anos: 'A China tem de reforçar a dependência internacional das cadeias de produção na China de modo a formar uma contramedida poderosa e uma capacidade dissuasora.' É ainda mais certeiro quando olhamos para as matérias-primas críticas

[1] Comissão Europeia, *Matérias-primas críticas: garantir cadeias de abastecimento seguras e sustentáveis para o futuro ecológico e digital da UE,* 16 de Março de 2023, disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_23_1661 (último acesso: 25 de Abril de 2023)

Tem a UE vocação para ser uma «protagonista global»? Lembro-me bem do cepticismo (para ser elegante) face à vontade de Úrsula von der Leyen de ter uma «Comissão geopolítica». Uma pandemia depois e uma Guerra na Europa em curso vieram dar uma nova vida às palavras e à vontade da Presidente da Comissão Europeia.

Raquel Vaz-Pinto

como o lítio e o cobalto, para sectores como ferrovia de alta velocidade ou tecnologia de energias renováveis. Ou para a tecnologia emergente que é central para a futura segurança nacional e económica – computação quântica, robótica ou inteligência artificial.»[2]

Quanto ao conteúdo há dois pontos que convergem, nomeadamente, a proposta de «*mitigação de riscos*» e a centralidade das matérias-primas críticas, face ao desafio que a China coloca em concreto à UE (e não só):

«Acredito que não é viável – nem do interesse da Europa – levar a cabo o distanciamento gradual [no original: decouple] da China. As nossas relações não são maniqueístas – e a nossa resposta também não pode ser. É por isso que precisamos de nos focar em mitigar riscos [no original: de-risk] e não o distanciamento gradual. (...) mas para atingirmos este objectivo temos de ser mais independentes e de diversificar em termos de fornecimentos chave para a nossa competitividade. Sabemos que nesta área temos um fornecedor único – China – para 98% das terras raras, 93% no caso do magnésio e 97% no do lítio – só para dar alguns exemplos. Estamos muito cientes do que aconteceu às importações de terras raras do Japão há cerca de uma década quando as tensões externas entre a China e o Japão no Mar da China Oriental subiram de tom. E a nossa procura destes materiais irá disparar quando as transições verde e digital avançarem em força.»

A proposta da Presidente da Comissão Europeia é uma adaptação da ideia de «decouple», ou seja, distanciamento gradual dos EUA. Não vai tão longe, até pela realidade óbvia (que tem sempre de ser repetida e lembrada) de que a UE não é um estado soberano como os EUA, mas não continua a olhar para a China como se Deng Xiaoping e o seu legado de «perfil discreto» ainda fossem supremos. Mais ainda, esta opção estratégica de «diversificação» vai ao encontro de novas geografias em termos de poder, ou pelo menos, do seu potencial. Há vários exemplos que são ilustrativos tais como o Chile e a Austrália (lítio), a Indonésia (níquel) ou a República Democrática do Congo (cobalto). Aliás, sobre a Austrália muito poderia ser dito, tendo em conta a sua geografia, a sua aliança com os EUA e a decisão de assumir um maior protagonismo regional. Estas podem ser atestadas pelo recente pacto militar com Washington e Londres apelidado de AUKUS, ou pela parceria a quatro com os (inevitáveis) EUA mais o Japão e a India, geralmente conhecido como o Quad. **Na verdade, falamos pouco ou quase nada sobre estes países e é um padrão que precisamos de alterar**.

[2] Ursula von der Leyen, *Speech by President von der Leyen on EU-China relations to the Mercator Institute for China Studies and the European Policy Centre*, Bruxelas, 30 de Março de 2023, disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_23_2063 (último acesso: 25 de Abril de 2023)

A Presidente da Comissão Europeia destacou a dimensão de «*segurança económica*» nas relações externas da UE e, em especial:

«*Vamos focar-nos nos acordos de comércio livre onde ainda não existem – tais como com a Nova Zelândia, Austrália, Índia e parceiros ASEAN e Mercosul – em modernizar os existentes – tais como com o México e Chile – e em melhorar os restantes. Iremos reforçar a cooperação em sectores como a tecnologia digital e limpa através do Conselho de Comércio e Tecnologia com a Índia ou a Aliança Verde UE-Japão.*»

A questão da «*segurança económica*» é, sem dúvida, um fio condutor para a agenda externa da UE. Ao insistir na «*diversificação*» Bruxelas consegue uma maior margem de manobra face a Beijing e, em paralelo, reforça as suas relações com outras geografias no mundo. Este é um ponto crucial, desde logo, no próprio continente asiático ou, para usar a expressão mais em voga, no Indo-Pacífico. Nesta matéria, lembro-me sempre do Vietname, cujo exemplo demonstra tão bem a importância da relação com os EUA face à China. Nem as memórias de uma guerra devastadora são, actualmente, um obstáculo nas relações entre o Vietname e os EUA.

Se, em relação ao Indo-Pacífico o interesse e a capacidade de Washington são claros, o mesmo não se passa com outras regiões do mundo. Uma grande diferença em termos de importância é, indubitavelmente, África. É verdade que os EUA têm tentado estar mais atentos a alguns países africanos como vimos pelas visitas recentes do Secretário de Estado e da Vice-Presidente. Mas, em termos de influência externa a China é hoje incontornável neste continente, bem como se pode constatar um maior protagonismo dos próprios países africanos, quer seja de forma individual, quer seja através da sua organização regional, a União Africana. **Há muito que a UE quer melhorar e reforçar a sua relação com o seu «parceiro» africano e esse é um ponto importante nas relações externas de Bruxelas**.

Em suma, um maior protagonismo global da UE passará, em muito, pelas relações entre Bruxelas e Beijing e o dossier das matérias-primas críticas. Num contexto de rivalidade a todos os níveis entre os EUA e a China não é de todo possível, nem desejável, que a UE se distancie de ser um aliado dos EUA nos valores essenciais. Este caminho não é contrário a uma UE com identidade e voz próprias a nível internacional, mas fundamental para um espaço europeu distinto. No fundo, e para responder ao repto inicial, **é mesmo desejável para uma Europa mais segura e defendida das ameaças e desafios endógenos e exógenos**.

Como comu
"União
no séc
10

nicar a
Europeia"
ulo XXI

REBECA
ABECASSIS

Jornalista
Vice-Presidente da Direcção da Nossa Europa

1. A reflexão que se segue é baseada numa experiência profissional plural adquirida em redações em Paris (AFP, Nouvel Observateur, Rádio Alfa) e em Londres (CNN e BBC World Service) nos anos noventa, com uma opção pela política internacional e europeia como modo de consolidar uma carreira na produção e difusão de conteúdos de informação. A análise da União Europeia, do funcionamento das suas instituições e da relação de proximidade com os seus protagonistas principais, a partir de Portugal e durante vinte anos, é o ponto de partida deste texto. **O objetivo é refletir sobre a forma como devemos explicar os assuntos europeus, a Europa e o que move os seus cidadãos**. Não se trata, assim, de um texto académico. A argumentação que se segue é ainda baseada numa origem europeia múltipla - franco-luso-dinamarquesa -, e numa experiência profissional consolidada a observar e a entrevistar cidadãos de todos os Estados membros da UE. A criação e a produção de 10 séries de programas sobre assuntos europeus, tanto nos canais de televisão público como privado, resumem o *know how* específico sobre estas matérias. Para "*comunicar de forma pedagógica os assuntos europeus e a União europeia*", são necessárias pelo menos **três condições**:

a. **Conhecer e assimilar o funcionamento das instituições europeias** e da maioria dos sistemas políticos dos Estados membros da UE. Se o jornalista que cobre assuntos europeus não consegue responder à pergunta "*Como funcionam as instituições europeias?*", é impossível fazer uma cobertura eficaz da política de Bruxelas. A cultura, o interesse e o entusiasmo genuíno do jornalista relativo às matérias europeias são condições *sine qua non* para a notícia relatada ter impacto.

b. **Os diretores de informação das redações europeias consideram, em geral, que "*Bruxelas não vende*"**, o que é uma falsa premissa e um lugar comum. O jornalista verdadeiramente dedicado em informar sobre assuntos europeus dá a conhecer temas que têm um impacto direto no dia a dia dos cidadãos. Tudo é "*vendável*" se o comerciante for bom!

A importância editorial dos temas ligados à UE não pode apenas ter destaque quando há um Conselho europeu com temas "*quentes*" ou quando um país específico recebe uma fatia considerável de fundos europeus. "*Bad news can be good news*": Por mais bizarro que pareça, as consequências terríveis da pandemia da covid19 e as da guerra na Ucrânia vieram legitimar e reforçar a UE num momento crítico de pós-Brexit, quando surgiam cada vez mais dúvidas quanto ao futuro da União. A possibilidade de uma eventual desintegração da UE chegou a estar na ordem do dia.

c. Comunicar bem a partir de Bruxelas para os restantes Estados-Membros é essencial: **Os responsáveis pela comunicação das instituições europeias devem manter uma relação regular e próxima com os jornalistas que trabalham sobre os assuntos europeus**. A difusão das mensagens relevantes deve ser equilibrada e muito mais frequente do que é atualmente. Enquanto os correspondentes em Bruxelas partilham entre si os assuntos de forma natural, por trabalharem no mesmo espaço geográfico, os restantes "*jornalistas europeus*" raramente têm a oportunidade de debater e partilhar ideias sobre a cobertura jornalística das instituições e, acima de tudo, sobre o impacto destas na vida das diferentes populações dos Estados membros. Enquanto em Itália e na Grécia, as reportagens sobre a política migratória da UE interessam os cidadãos por causa da situação geográfica em que se encontram, na Letónia, a aplicação das sanções à Rússia é um assunto muito mais relevante, pelo menos enquanto a guerra durar. No leste europeu e nos países bálticos, a União Europeia ainda simboliza os valores da "liberdade", mas representa sobretudo um corte radical com a União soviética. Para os jornalistas que cobrem a Europa, é útil saber que é necessário relativizar a importância da notícia em função do ponto geográfico do continente de onde se reporta e, sobretudo, da História de cada país.

2. Relatar e divulgar notícias sobre a União europeia: Perceções de norte a sul e de oeste a leste.

Perceber e comunicar sobre a União europeia é tão difícil como explicar o conflito israelo-palestiniano. Só é possível ter a noção global da importância da União Europeia depois de conhecer os diferentes povos através das suas 242 regiões. Cada vez mais, as cidades e as regiões desempenham um papel fundamental na união e nas ligações entre os Estados-Membros.

Sem observar *in loco* o que de facto é relevante para cada uma das 27 nacionalidades da UE, é difícil perceber como é que instituições europeias têm impacto ou influência nas suas vidas. Se no norte da Bulgária, numa cidade como Gabrovo, é fundamental inovar na área do urbanismo para poupar energia e comunicar ao resto da Europa o sucesso dessa decisão municipal, já numa pequena cidade da Dinamarca, em Middelfart, o que interessa é utilizar os dinheiros europeus para evitar inundações e poupar água. Em Malta, as questões ligadas à água são também fundamentais, uma vez que sem fundos europeus seria difícil investir de forma eficaz nas fábricas de dessalinização do país.

Percorrer os 27 Estados-Membros, e relatar histórias sobre os diferentes povos e a sua ligação à União europeia, é uma das melhores maneiras de perceber o impacto e a relevância das instituições europeias. **Apesar de não olharmos todos para "Bruxelas" da mesma forma, o cidadão europeu reconhece a utilidade da UE quando sente no seu dia a dia melhorias na qualidade de vida**. Se na Suécia e na Dinamarca há um certo distanciamento porque os cidadãos desses países não aceitam naturalmente as "regras" das instituições Europeias, no sul da Europa as diretivas europeias raramente são discutidas ou postas em causa pelos eleitores. Nos países nórdicos, discute-se à hora de jantar uma diretiva europeia relativa à venda de pepinos (a regulamentação relativa ao tamanho e as curvas do vegetal). No entanto, a maioria dos suecos e dos dinamarqueses não sabe que há uma distribuição considerável de fundos europeus nos seus países para apoiar projetos de áreas diversas, da alimentação à investigação espacial. Quando comentei com um embaixador dinamarquês que havia centenas de projetos financiados por fundos europeus no seu país, ficou incrédulo. **Há uma ideia pré-concebida no norte da Europa de que só os países do sul e do leste da União europeia recebem apoios europeus**. Tal como no sul e no leste europeu, também no norte, os fundos podem ser mal aplicados. Contudo, em países como a Suécia, o habitual é evitar assuntos que evidenciam insucessos. Quando visitei um projeto na área da investigação espacial financiado por fundos de coesão, no norte da Suécia, nos arredores de Kiruna, fiquei sem perceber se a ideia teria futuro ou não. Os autores do projeto não se mostraram disponíveis para o comentar e a omissão de informação deixou muitas dúvidas. Infelizmente, só com o crescimento súbito de um partido de extrema direita é que os suecos começaram a verbalizar e a comunicar em público sobre os problemas graves que afetam o país. Ao invés, no sul da Europa fala-se até com entusiasmo dos aspetos negativos da sociedade, da política e da economia.

O caso francês é interessante e oportunista. Assim que os britânicos votaram a favor do Brexit, o partido de extrema direita de Marine le Pen evocou imediatamente a possibilidade do *Frexit*. No entanto, quando o Brexit começou a revelar ser um verdadeiro pequeno desastre, sobretudo para o Reino Unido, a França tornou-se menos crítica de Bruxelas e a palavra Frexit desapareceu do vocabulário dos políticos. Rapidamente, os partidos de extrema direita ou de extrema esquerda com potencial para governar perceberam que estar fora da União europeia não seria opção. Em geral, os franceses não estão particularmente interessados na União Europeia a não ser quando daí podem tirar contrapartidas, ou seja, a nível local para obter financiamentos. Tal como tantos outros Estados-Membros da UE.

A importância editorial dos temas ligados à UE não pode apenas ter destaque quando há um Conselho europeu com temas "quentes" ou quando um país específico recebe uma fatia considerável de fundos europeus. *"Bad news can be good news":* Por mais bizarro que pareça, as consequências terríveis da pandemia da covid19 e as da guerra na Ucrânia vieram legitimar e reforçar a UE num momento crítico de pós-Brexit, quando surgiam cada vez mais dúvidas quanto ao futuro da União.

Rebeca Assis

3. Quando explicar o "Europês" deve começar no ensino básico:

A maioria dos jornalistas que não trabalha nas instituições europeias em Bruxelas evita usar termos europeus complexos. Um dos exemplos mais comuns é a confusão frequente entre "*Conselho Europeu*" e "*Conselho da Europa*". Mas se complicarmos um pouco e mencionarmos nas nossas reportagens termos relativamente simples como "*Politica de coesão*", "*Política Agrícola Comum*" ou "*Reper*", poucos percebem o significado exato. Para suscitar o interesse dos cidadãos europeus é preciso começar pelo básico e a nível da educação nacional. Conhecer os nomes dos países e o mapa da UE deveria fazer parte dos programas de geografia de todas as escolas europeias. Deveria também ser obrigatório para todos os alunos que acabam o ensino básico na UE conseguir responder a seguinte pergunta: "*Qual a diferença entre a Comissão europeia e o Parlamento europeu?*"

4. Quando "a bolha de Bruxelas" não ajuda os jornalistas:

"*Uma imagem vale mais que mil palavras*"; a frase é de uma enorme banalidade mas a expressão do filósofo chinês Confúcio aplica-se todos os meses na sessão plenária do Parlamento europeu em Estrasburgo. É penoso observar os líderes europeus convidados para intervir sobre as grandes questões europeias, no Parlamento europeu, a discursar perante uma sala praticamente vazia. Tanto em Bruxelas como nas sessões plenárias em Estrasburgo, a situação repete-se todos os meses. O plenário está invariavelmente vazio perante os discursos proferidos pelos primeiros ministros ou Presidentes dos Estados membros da UE. O mesmo acontece ainda quando outras personalidades são recebidas pela Presidente do Parlamento europeu, Roberta Metsola, para entregar galardões que marcam temas de grande importância para os valores europeus. As explicações da ausência física evocadas pelos eurodeputados são de ordem diversa, mas a mais habitual é que "*estão ocupados a trabalhar nas suas respetivas comissões*". O que pensará o cidadão comum sueco ou luxemburguês perante a imagem do seu primeiro ministro a discursar perante um plenário vazio? O que pensarão as centenas de visitantes, estudantes jovens e seniores, que se encontram nas galerias superiores do plenário nesses momentos importantes da democracia europeia? Não querer perceber que é a credibilidade do Parlamento europeu que está claramente em causa nestas situações reflete a falta de noção do político europeu perante os seus cidadãos, os seus eleitores.

5. O elefante na sala: financiar o jornalismo europeu

Para concluir, é fundamental realçar e relembrar que na maioria dos países da UE, a abstenção nas eleições europeias é maior. Torna-se cada vez mais urgente financiar os média e os jornalistas tanto através de financia-

mentos públicos nacionais como europeus. As questões éticas fundamentais do jornalismo em geral estão cada vez mais ausentes do debate, ou são erradamente evocadas nos países do norte da Europa. Muitos meios de comunicação nórdicos consideram que aceitar fundos de financiamento das instituições equivale a deixar-se manipular ou influenciar um posicionamento sem qualquer fundamento. **A independência editorial é uma condição explícita em todas as formas de financiamento por parte das instituições europeias aos média europeus**. Nunca fui alvo de pressão direta ou indireta para produzir conteúdos específicos ou alterar algum conteúdo que possa prejudicar alguma instituição ou político europeu.

Ano Eu
da Juv

ropeu
entude

RUI
OLIVEIRA

Presidente do Conselho Nacional
de Juventude de Portugal

A União Europeia definiu o ano de 2022 como o ano da Juventude. Com a Europa na saída da crise pandémica da COVID-19, onde a juventude tinha sido das gerações mais afetadas, onde durante dois anos adiaram sonhos e expectativas.

Parecia por isso importante, diria até essencial, dar um destaque especial neste regresso a alguma normalidade, à juventude. Este reforçado enfoque era particularmente justificado porque se tratava de um que ano que responsabilizava a Juventude Europeia com o envolvimento na construção de um futuro melhor - mais ecológico, inclusivo e digital.

Este é um desafio importante na Europa, e na realidade que melhor conheço, posso dizer, ainda mais em Portugal. **Os jovens em Portugal ainda vivem com uma falta de oportunidades acentuada**, sejam elas no nível educacional, com uma necessária reforma educativa que não se concretiza, oportunidades de emprego e a concreta emancipação afirmando-se cada vez mais como desafios, salários baixos mesmo para os que apostaram nas suas qualificações, a dificuldade de sair de casa e ainda uma falta de oportunidades de participação efetiva.

O que é certo, é que continuamos a não envolver e respeitar os jovens nos nossos processos de decisão e por isso o Ano Europeu da Juventude colocava a tónica num aspeto muito importante da nossa sociedade, ouvir os que não serão apenas futuro, mas que com toda a certeza, serão além do presente ainda mais futuro.

E são várias as evidências que nos comprovam que efetivamente **em Portugal continuamos a não ter uma verdadeira participação e representação dos jovens**. Em primeiro lugar, a desorganização provocada na representação da juventude, seja no nível local ou nacional, juvenil ou estudantil, são vários os momentos em que os decisores políticos não respeitam as estruturas e ainda mais os que a auscultação segue princípios aleatórios de escolha dos auscultados, talvez consoante o que lhes interessará ouvir.

É por isso comum vermos conselhos consultivos de jovens de estruturas constituídos sem ter por base qualquer princípio, ou com princípios desenhados à medida, mas é importante perceber que a democracia exige-nos o exercício não de nos escolherem, mas de nós os escolhermos, e o não cumprimento deste principio naturalmente corrompe o funcionamento da representatividade, levando a que naturalmente se construam visões enviesadas e dissonantes das vontades da juventude.

Não menos importante, deve ser assinalado que a juventude é desde há vários anos das áreas mais sub-financiadas, são raras as estruturas lideradas por jovens que possuem os meios de efetivação da sua atividade e de ampliação do seu impacto. Exponho o caso do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) onde a título de exemplo deixo a seguinte reflexão, porque é que em muitos Conselhos Nacionais temos senhas de presença, e no de juventude não? Sugiro ainda outro, este ainda mais importante, porque é que temos o "*Estado da Educação*" estudo produzido pelo Conselho Nacional da Educação anualmente, mas não temos anualmente um equivalente da juventude produzido pelo CNJ? E claro, não é o da Educação que está mal, mas sim a incapacidade do CNJ, fruto dos recursos que lhe são atribuídos, de produzir mais estudos mais complexos que efetivamente criem uma visão do estado da mesma em Portugal.

O Ano Europeu da Juventude, objetivando dar destaque à juventude propunha-se a deixar este legado, contudo, ainda que passos tenham sido dados, não posso não deixar de afirmar que a concretização ficou aquém, um sintoma natural de quando não se pensa a longo prazo e estrategicamente sobre aquilo que pretendemos alcançar.

O ano de 2022 foi também um ano de refletir sobre o que queremos e como queremos a democracia. Os novos desafios, mas principalmente oportunidades de pensarmos uma democracia melhor, com o apoio de novas ferramentas digitais, sem perder vista dos perigos que o mundo digital também impõe é uma reflexão interessante e com pano para mangas. Julgo impor-se sobre nós uma obrigação de pensar como podemos utilizar estas novas ferramentas de forma a fomentar uma maior participação, uma participação de massas que apenas meios digitais conseguem permitir. Ora bem, se pretendemos obter a opinião genérica da sociedade sobre um tema porque não fazer uso de meios que nos permitam pôr em prática uma auscultação em massa. É neste caminho, de fazer uso das novas tecnologias, com o devido

É esta a reflexão que faço sobre o ano transato. Uma visão um pouco pessimista, mas diria que honesta. Se muito foi feito, foi muito mais o que ficou por fazer. É tempo de parar de olhar para a juventude como se a sua participação e interação ainda tivesse de ser tema de discussão e sim envolver de verdade os jovens. A presença da juventude nos centros de decisão é o único caminho para a criação de medidas intergeracionais e de longevidade para Portugal, para a Europa e para o Mundo.

Rui Oliveira

respeito pelos perigos que as mesmas podem representar, que podemos avançar a democracia e a participação, na Europa e no Mundo.

Recentrado este pequeno texto no ano Europeu da Juventude, uma reflexão objetiva e fria, parece-me tornar difícil concluir que este terá sido um ano inquestionavelmente pautado pela juventude. Este ano foi, como sabemos, o ano que viu o regresso de conflitos armados ao continente Europeu, uma realidade que parecia uma memória distante, mas que nos relembrou como a paz é frágil e a mudança sempre eminente. Infelizmente, e porque parece que de facto os males nunca chegam sozinhos, fomos ainda presenteados com uma crise inflacionária que abalou o globo, entre uma escalada de preços, a falta de bens ou matérias-primas e uma luta mundial contra a inflação, que resultou numa subida dos juros na banca, o impacto foi sentido e mais uma vez foi esta geração, que já faz o seu caminho bem calejada, que viu as suas esperanças novamente hipotecadas.

Neste país à beira-mar plantado, esta geração enfrentou novamente um ano desafiante, onde os velhos problemas permaneceram e, em variados casos, se viram aprofundados. A incapacidade de um jovem se emancipar afirmou-se como o problema central e infelizmente agregador, contendo dentro dele todos os grandes obstáculos com que a juventude se depara. Testemunhamos o setor da habitação, o já antigo bicho feio para qualquer jovem que ambiciona tornar-se independente agravar-se, com o custo da habitação a subir, seja para arrendamento ou aquisição, agora acompanhado com as subidas incomportáveis de taxas juro e consequente impacto negativo que tal acarreta para um empréstimo bancário (não que algum jovem efetivamente tivesse a capacidade de recorrer a um). Não menos importante, o emprego, em Portugal apesar de se registar subidas frequentes no salário mínimo e mesmo no valor médio de remuneração, o que é certo é que no que concerne o poder de compra real, o mesmo tem se visto reduzido. Somando-se ainda o facto de jovens encontram-se ainda reféns de contratos de trabalho a termo certo ou, como será o caso de muitos, estágios não remunerados.

A junção destas duas realidades tem trazido para Portugal um novo problema, o dito *Brain Drain*. Se é certo que Portugal sempre foi um país de emigrantes, o diagnóstico do perfil médio dizia-nos que seriam genericamente uma faixa da população menos instruída. Porém, hoje deparamo-nos com uma realidade diferente, em que um número muito expressivo de jovens que abandona o nosso país é, pela primeira vez na nossa historia, cada vez mais instruído e preparado, num desperdício dos recursos que o país investiu neles. Trata-se, pois, de uma afirmação clara de como o país não tem sabido colher as sementes de boa qualidade que plantou.

Como jovem europeu, sou claro sensível de como, numa lógica macro, estes jovens irão em grande parte contribuir para a missão europeia e desenvolvimento desta comunidade como um todo, ainda assim, não posso deixar de

assinalar um facto com uma interrogação: quantos destes jovens abandonam o seu país, família e amigos, porque efetivamente o querem fazer ou porque as circunstâncias com que se deparam no seu país não lhes permitiu outra escolha? Além disso, se é possível uma mobilidade deste género que potencia a economia europeia, é preciso não esquecer quem esteve na capacitação deste talento e, igualmente importante, que não podemos ter zonas desertas de certos serviços altamente qualificados, como os da área da saúde e da educação. **É urgente iniciar uma reflexão e desenhar uma estratégia para mobilidade de talentos para a Europa**.

Em suma, é esta a reflexão que faço sobre o ano transato. Uma visão um pouco pessimista, mas diria que honesta. Se muito foi feito, foi muito mais o que ficou por fazer. **É tempo de parar de olhar para a juventude como se a sua participação e interação ainda tivesse de ser tema de discussão e sim envolver de verdade os jovens**. A presença da juventude nos centros de decisão é o único caminho para a criação de medidas intergeracionais e de longevidade para Portugal, para a Europa e para o Mundo.

Não foi p
falta de
a União
ao Estac

12

or
aviso:
e as ameaças
do de Direito

RUI
TAVARES

Deputado à Assembleia da República pelo Livre
Membro da Direcção da Nossa Europa

Enquanto escrevo estas linhas, cumprem-se praticamente **dez anos da aprovação pelo Parlamento Europeu de um Relatório sobre Direitos Fundamentais na Hungria** que pela primeira vez lidou com a questão da perda de privilégios de um Estado-Membro da União Europeia por *"persistente e gravosa violação"* dos princípios estipulados no artigo 2 do Tratado da União Europeia: a liberdade, a igualdade, o estado de direito, a democracia e os direitos humanos, incluindo *"o respeito pelos direitos humanos das pessoas oriundas de minorias"*.

Para mim, o momento mais revelador na construção desse relatório, aprovado em junho de 2013, ocorreu na visita da nossa delegação parlamentar a Budapeste, cerca de nove meses antes. Todos íamos preparados com os materiais relativos às vastas e numerosas mudanças legais, institucionais e constitucionais decididas e implementadas pelo governo Orbán nos dois anos que já levava no poder — alterações sucessivas da Constituição, cooptação de tribunais, esvaziamento de agências reguladoras independentes ou criação de novas, inteiramente partidárias. Começámos numa segunda-feira de manhã por ouvir os grupos parlamentares e, no entanto, toda a gente nos falava de uma mudança da lei eleitoral de que nós não tínhamos conhecimento. De que alteração à lei eleitoral estavam os nossos interlocutores a falar? A resposta foi célere: tratava-se de uma nova lei, apresentada de surpresa na sexta-feira anterior, e que iria ser votada e aprovada ainda naquela semana. Quando a nossa delegação parlamentar levantou voo de regresso a Bruxelas, a Hungria já tinha uma nova lei eleitoral, francamente favorável ao governo do primeiro-ministro Viktor Orbán, que **a partir daí nunca mais perdeu**

a sua maioria de dois terços dos deputados no parlamento húngaro, com a qual **lhe foi possível alterar a Constituição e todas as leis do país todas as vezes que lhe aprouvesse.**

De regresso a Bruxelas, e uma vez aprovado o nosso relatório, ainda **teria sido possível ao Conselho Europeu agir a tempo para evitar a degradação da democracia húngara.** Tal não aconteceu, no entanto, e o resultado está à vista: dez anos depois, não há naquele país praticamente um órgão de comunicação social independente que ainda funcione; jornais, rádios e televisões tiveram de fechar portas ou ser comprados pelos aliados de Viktor Orbán; as universidades foram cooptadas e uma delas foi expulsa do país; os tribunais foram inteiramente partidarizados e é praticamente impossível que emitam uma decisão contrária aos interesses do governo; milhares e milhares de húngaros de oposição emigraram; e durante todo esse tempo — apesar do discurso inicialmente anti-corrupção de Viktor Orbán, ou talvez por causa dele — o genro, o pai, o irmão e alguns amigos de infância do primeiro-ministro tornaram-se os homens mais ricos do país, apenas e só a chegada deste ao poder.

Esta singela história serve para ilustrar vários aspectos relativos à relação entre o estado de direito e o projeto europeu. Aqui vão eles, em nenhuma ordem em especial:

- A degradação do Estado de Direito não é uma consequência involuntária de ações descoordenadas: pelo contrário, trata-se do resultado intencional e objetivo de um plano;
- Esse plano não cai do céu; na atualidade, tal como ao longo da História, há sempre pessoas que desejam concentrar mais e mais poder e riqueza e não há nenhuma razão para achar que não estarão dispostas a levar a sua intenção por diante enquanto não forem paradas;
- Os elementos essenciais desse plano são evidentes e fazem parte do livro de instruções de qualquer aprendiz a líder autoritário: **uma das primeiras mudanças na lei húngara foi na Lei dos Media; a partir daí seguiram-se a composição dos tribunais, as autoridades independentes, a Constituição e a lei eleitoral.**
- O líder autoritário é um bom gestor dos tempos e dos ritmos e um bom concretizador de oportunidades inesperadas; de cada vez que a União Europeia ou uma das suas instituições parecia ir reagir à deriva autoritária na Hungria, Viktor Orbán fazia uma pausa tática; quando havia uma crise na União que diminuía a *"largura de banda"* e aumentava o défice de atenção das instituições, avançava decididamente.

Neste Dia da Europa de 2023, com a degradação do Estado de Direito a progredir no seio da própria União já há cerca de dez anos, com uma guerra já a lavrar no território do continente há mais de um ano, fica o alerta de que o tempo para agir com credibilidade é cada vez mais escasso. Depois disso ficará apenas o consolo, se o houver, de se poder dizer que não foi por falta de aviso.

Rui Tavares

Um exemplo desta característica está na forma como Orbán respondeu à crise pandémica de 2020, **fazendo aprovar um estado de emergência que durou até junho de 2022, muito mais tarde do que qualquer outro país da Europa** — e que só terminou para dar lugar a outro estado de emergência a propósito da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

O caso do estado de emergência permanente e renovável por motivos diferentes permite-nos perceber que mesmo quem tem 2/3 do parlamento, uma Constituição feita à medida e praticamente todos os *media* do país sob estreito controle não tem necessariamente de estar satisfeito com o poder que tem. O estado de emergência permite a Orbán governar por decreto, nomear dirigentes militares para empresas civis e tomar uma série de outras decisões que seriam impossíveis em tempos normais, mesmo num Estado tão centralizado quanto o seu.

O aspecto fundamental do colapso do Estado de Direito num país europeu, porém, não tem tanto a ver com a sua dinâmica interna quanto com a externa: **a degradação do Estado de Direito é contagiosa.** Sabemos por experiência da História — a única que efetivamente nos pode guiar nestes momentos — que o autoritarismo num país nunca fica verdadeiramente confinado a esse país. Seja porque os líderes autoritários aprendem uns com os outros quais são os limites a que podem sucessivamente ir chegando. Ou porque o autoritarismo num país vizinho deixa os cidadãos de outro mais incapazes de reagir ao crescimento do autoritarismo no seu próprio país. Seja porque a emergência de um autoritarismo num país inspira o nascimento de outro autoritarismo (do mesmo sinal político, ou do sinal político contrário) Seja porque for, a verdade é que **a experiência do colapso do Estado de Direito e das democracias na Europa, no período de entre-guerras, nos ensina que o autoritarismo é uma onda que rapidamente extravasa das fronteiras nacionais.**

Este último dado deve manter-nos de sobreaviso. Lembro-me de, enquanto me preparava para a ida da delegação parlamentar a Budapeste e para a redação do relatório sobre Estado de Direito e direitos fundamentais na Hungria, estar absorvido pela leitura da obra monumental da historiadora Zara Steiner sobre o período entre as duas guerras na Europa. No primeiro volume, intitulado The Lights that Failed ("as luzes que se apagaram"), Zara Steiner estuda o período entre 1919 e 1933, com as tentativas de criar em torno da Sociedade das Nações algo como a União de Direitos com que tinham sonhado alguns europeus desde os tempos de Erasmo de Roterdão e Tomás Morus e de que, de forma incompleta, beneficiamos hoje. No segundo volume — tal como o primeiro, uma obra massiva de quase mil páginas — Zara Steiner estuda os seis anos entre 1933-39, a ascensão do nazismo, a Guerra Civil de Espanha e a rápida evolução política que levou o continente a uma nova e mais terrível guerra. Esta segunda história é a mais conhecida; aquilo que mais me fascinou na leitura da obra de Zara

Steiner, porém, foi no seu primeiro volume a **minuciosa descredibilização da Sociedade das Nações em todos os momentos em que poderia ter feito frente ao fascismo na Itália de Mussolini,** em particular quando este toma a decisão de invadir a Etiópia — um ato que a Sociedade das Nações condena, que teria tido condições para impedir dado o posicionamento de navios das forças armadas francesa e britânica no Mediterrâneo. Em todas as ocasiões que se apresentam, contudo, os países da Sociedade das Nações tomam a opção mais rotineira e timorata de nada fazer. E assim **a cada passo a Sociedade das Nações descredibiliza-se.** E assim, quando chega o momento em que seria crítico haver algo como a Sociedade das Nações, a instituição já está inteiramente descredibilizada. **Ninguém a leva a sério, porque ela própria não se levou a sério.**

Neste Dia da Europa de 2023, com a degradação do Estado de Direito a progredir no seio da própria União já há cerca de dez anos, com uma guerra já a lavrar no território do continente há mais de um ano, **fica o alerta de que o tempo para agir com credibilidade é cada vez mais escasso.** Depois disso ficará apenas o consolo, se o houver, de se poder dizer que não foi por falta de aviso.

A Nossa Europa!

FERNANDO
FERREIRA MARQUES

Passados 38 anos da nossa integração na União Europeia (à data Comunidade Económica Europeia) faz sentido, em particular para a minha geração, a geração de 60, fazer um balanço desta adesão, do posicionamento da Europa no passado, nos tempos recentes e, com especial relevo, pensar o que queremos para o futuro.

Aquando da adesão, o fazer parte da Europa era um desígnio, o nosso futuro, algo em que acreditávamos e pelo qual estávamos dispostos a lutar.

Ao longo destes anos a Europa teve momentos altos, momentos menos felizes, mas demostrou sempre que o caminho era o da União dos Estados membros e estava certo.

Uma Europa unida é a resposta mais eficaz para as crises profundas, sejam ela económicas, sanitárias ou sociais, como experienciámos recentemente.

Como Europa, juntos somos mais fortes para manter a coesão do continente europeu, defender as nossas fronteiras, fomentar a integração de todos os países europeus, garantir a defesa de valores fundamentais que solidificaram as nossas raízes e que importam transmitir as gerações futuras.

Juntos promoveremos a manutenção de Estados democráticos, onde o primado da pessoa humana, a liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social, o acesso ao ensino, desde o básico ao universitário estejam garantidos, a utilização sustentável e circular dos recursos, a inovação, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a par da criação de empresas e de novos empregos continuem a ser o nosso desígnio e algo pelo qual continuemos a defender e lutar.

A Nossa Europa é uma história bem-sucedida.

EDIÇÃO APOIADA PELA JUNTA DE FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA

SÃO DOMINGOS
CASCAIS